

PARÁ Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) ANO 1 • Nº 5 • SET/OUT/NOV 2008

Um setor em alta

Construção civil bate recordes de crescimento e transforma o Pará em um canteiro de obras



ENTREVISTA

Alexandre Furlan: entidades do Sistema Indústria olhando na mesma direção



www.fiepa.org.br

A GENTE PEGA PESADO PRA GARANTIR O CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS E DOS EMPREGOS NO PARÁ.



A Fiepa está na luta pelo crescimento e modernização da indústria paraense desde 1949. E de lá para cá, nunca deu descanso para ninguém nessa batalha permanente. Na arena política e na frente tecnológica. Mobilizou empresários e trabalhadores, comandou movimentos, levantou a voz. Foi um dos criadores do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores, o PDF, que coordena desde 2004. E vai continuar encarando desafios, problemas e até inimigos para defender os interesses do Pará.



José Conrado Santos é presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



CRESCIMENTO ECONÔMICO E O ESTÍMULO À RIQUEZA SOCIAL

Somos a nova potência brasileira. Nos próximos quatro anos estão previstos investimentos na soma de US\$ 57 bilhões, que atingirão diretamente a cadeia produtiva paraense, proporcionando o tão esperado desenvolvimento do Pará. Para se ter uma idéia do que virá nos próximos quatro anos, somente no que tange aos investimentos privados, os recursos aqui aplicados criarão mais de 86 mil novos postos de trabalho.

O setor de mineração já garantiu que investirá US\$ 24.8 bilhões na região amazônica, sendo que desse total, cerca de 92% estarão concentrados no Pará, o que deverá expandir ainda mais o potencial mineral do estado. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), tamanho investimento fará com que o estado passe a frente de Minas Gerais e se torne o maior exportador de minérios do Brasil. Evidenciado este potencial para todo o mundo, com certeza seremos alvo de novos investimentos.

Além dos recursos da iniciativa privada, o Pará também receberá um generoso volume de investimentos provenientes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A construção das duas eclusas de Tucuruí, da hidrovía do Rio Tocantins e a hidrelétrica de Belo Monte irão mudar a realidade deste estado. Espera-se que estes investimentos criem um efeito multiplicador, visto que as obras de infra-estrutura e logística visam melhorar o escoamento da produção, sobretudo da verticalização da cadeia mineral. Ao aquecer a cadeia mineral, estaremos estimulando a maior produtividade de outros setores industriais. O setor de confecções, por exemplo, já vislumbra um crescimento superior a 25% apenas na produção de uniformes industriais.

Esse crescimento fabuloso se dará graças ao reconhecimento do potencial da região Norte, desprezado por muitos anos pelos governos e por investidores estrangeiros. Agora, essa lógica se inverte, e países empreendedores como a China e o Canadá – mesmo durante a crise econômica mundial – confirmam a implantação de seus projetos em solo paraense.

A fim de garantir que os investimentos se transformem em oportunidades para o empresariado paraense,

o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará, através do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), desenvolveu um estudo sobre os investimentos no estado até 2012. As expectativas são promissoras. Somando todos os investimentos das grandes mineradoras e demais mantenedoras do PDF, o estado receberá um volume de US\$ 32,02 bilhões.

O estudo, lançado no final de outubro deste ano, sinaliza as demandas por material para implementação dos projetos e por mão-de-obra, além de destacar os entraves e os desafios para os empresários da região. Atualmente, serviços elétricos, construção civil e, principalmente, engenharia de projetos e tecnologia da informação, são feitos, na maioria das vezes, por empresas de fora do estado. É preciso ampliar o número de empresas nessas áreas, profissionalizar a gestão, qualificá-las e desenvolver tecnologicamente os processos de fabricação.

“Esta é a missão do Sistema FIEPA: arrumar a casa para que os grandes investimentos aqui instalados gerem riqueza para o estado, transformando o Pará na nova potência brasileira”

Esta é a grande missão do Sistema FIEPA: arrumar a casa para que os grandes investimentos aqui instalados gerem riqueza para o estado, transformando o Pará na mais nova potência brasileira. Para isso, o SESI, SENAI, IEL e o PDF já estão desenvolvendo ações que qualificam nossas empresas para que absorvam a demanda que será gerada nesses próximos quatro anos. Além disso, a federação, juntamente com o governo do Estado, assinou aditivo do convênio, que já qualificou 17 mil trabalhadores em todas as regiões paraenses, para que mais 28 mil técnicos recebam treinamento e estejam aptos para o mercado de trabalho.

Acredito que o desenvolvimento não virá somente com os dólares que aqui serão investidos. O crescimento econômico também deverá estimular a riqueza social, proporcionando às pessoas que vivem nesta terra maiores possibilidades para o sucesso individual e coletivo. ■



www.fiepa.org.br

Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA
Quadrênio 2006/2010

PRESIDENTE: José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa - 1º VICE-PRESIDENTE
Gualter Parente Leitão - 2º VICE-PRESIDENTE
Manoel Pereira dos Santos Jr.
Luiz Carlos da Costa Monteiro
Antônio Georges Farah
Ronaldo Maiorana
Roberto Kataoka Oyama
Juarez de Paula Simões
Fernando Antônio Ferreira
Nilson Monteiro de Azevedo
Luiz Otávio Rei Monteiro

DIRETORES

José Duarte de Almeida Santos - DIRETOR SECRETÁRIO DA FIEPA
Antônio Djalma Vasconcelos - 2º DIRETOR SECRETÁRIO
Ivanildo Pereira de Pontes - DIRETOR EXECUTIVO
Roberto Rodrigues Lima - 1º DIRETOR TESOUREIRO
Carlos Jorge da Silva Lima
José Maria da Costa Mendonça
Marcos Marcelino de Oliveira
Fábio Ribeiro Vasconcelos
Jefferson Rodrigues Brasil
Antônio Pereira da Silva
Pedro Flávio Costa Azevedo
Paulo Afonso Costa
Jadir Seramucín
Antônio Emil Macedo
Eugênio Carlos Lopes Victoroso
Hélio de Moura Melo Filho
Ana Clara Rodrigues Boralli
Sonia Kerber

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Luizinho Bartolomeu de Macedo
Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Roberval Souza
João Batista Corrêa Filho
Denise de Lima Farah

CHEFIA DE GABINETE

Fábio Contente

PARÁ Industrial

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

PRODUÇÃO

temple
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865
Edifício Síntese 21 - Salas 1201, 1203 e 1205
Bairro São Brás | Cep: 66040-100
www.temple.com.br | temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro

Editor: Raimundo Pinto

Editor-assistente: Fernando Alves

Projeto gráfico e diagramação: Calazans Souza

Tratamento de imagem: Antônio Machado

Reportagens: Alessandra Barreto, Daniel Nardin, Fabrício Gesta, Frank Siqueira, João Bosco, Solange Campos e Yuri Age.

Revisão: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
Walkiria Medeiros - walkiria@temple.com.br
(91) 3205 6516 / 3205 6500

Impressão: Marques Editora

Tiragem: 10.000 exemplares

FIEPA: Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588. Cep: 66035-190.
(91) 4009 4900/ (91) 3224 1995

e-mail: ascom@fiepa.org.br ou paraindustrial@fiepa.org.br

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da Fiepa.

MIGUEL ANGELO/CNI



“O empresário tem que ficar ciente que o sindicato pode resolver os seus problemas.” Projeto busca fortalecer entidades de classe.

ENTREVISTA:

Alexandre Furlan, diretor-tesoureiro da CNI. Pág. 8.

- 3 • **EDITORIAL** | José Conrado: precisamos reverter investimentos para aumentar o nosso capital social
- 12 • **ECONOMIA** | Atividade mineral ganha força e desponta como propulsora do desenvolvimento paraense
- 16 • **ESTRATÉGIA** | Mentor da industrialização brasileira vaticina: o Pará pode virar referência econômica em uma década
- 20 • **NAVEGAÇÃO** | O enigma da água de lastro: entidades estudam os efeitos de espécies “alienígenas” nos rios
- 24 • **DINHEIRO** | Empresas exportadoras apostam no mercado interno como antídoto contra a crise financeira



O “BOOM” DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Motivado pelo déficit habitacional e facilidades de financiamento, setor comemora aquecimento.

Pág. 26

- 30 • **NEGÓCIOS** | Exporta CIN elabora medidas para ampliar participação da fruticultura no mercado internacional
- 34 • **INDÚSTRIA SOCIAL** | Alcoa firma acordos pioneiros para preservar unidades de conservação no Pará
- 36 • **REPRESENTAÇÃO** | Lideranças sindicais do Pará discutem, em Brasília, medidas para fortalecer produção industrial
- 38 • **QUALIFICAÇÃO** | Como a retomada dos estudos pode mudar a vida dos trabalhadores dentro e fora das indústrias
- 42 • **ESTÁGIO** | Fim dos “escravidários”: nova lei de estágio garante direitos trabalhistas a estudantes
- 46 • **TRABALHO** | Fé e determinação mudam a vida de funcionários de fábrica de calçados em Castanhal

REPRODUÇÃO

leia mais...



RADAR DA INDÚSTRIA | 7
A quase centenária
Fábrica São Vicente

VIDA CORPORATIVA | 23
Educação à distância
avança Brasil afora

INDÚSTRIA EM FOCO | 51
Trabalho nos portos pelas
lentes de Marcelo Lelis

COLABORADORES

- ÉDSON FRANCO | Presidente do Instituto Alerta Pará
- MARCÍLIO MONTEIRO | Secretário de Estado de Assuntos Estratégicos
- JOSÉ MENDONÇA | Presidente do Centro das Indústrias do Pará

SENAI

Formando profissionais para uma indústria
cada vez mais competitiva.



São mais de 25 mil pessoas atendidas por ano, em cerca de 207 cursos profissionalizantes, em 14 unidades distribuídas estrategicamente por todo o Estado.



SENAI: Capacitando os Trabalhadores,
Fortalecendo as Indústrias.

Entre em contato conosco
através do telefone:
(91) 4009-4767.



SENAI

JOSÉ PAULO LACERDA



MAIS SILÍCIO, MENOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Representante do Pará na etapa nacional do Prêmio CNI, a Globe Metais saiu como uma das vencedoras da categoria Desenvolvimento Sustentável, modalidade Média e Grande Indústria. A premiação, promovida pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), foi realizada no último mês de outubro, em Brasília. A empresa paraense, que atua há mais de 20 anos na produção de silício, no município de Breu Branco, levou o prêmio com o projeto "Alto Consumo de Carvão Vegetal", que conseguiu reduzir em 3,7% a utilização de carvão vegetal no seu processo produtivo. Com a redução, a empresa deixou de usar mais de 2.300 mil toneladas da matéria-prima em sua produção, evitando o despejo de resíduos sólidos no meio ambiente.

Qualificação maciça

Mais 28 mil trabalhadores de todas as regiões do Pará irão receber treinamento para se adequar às novas exigências do mercado de trabalho. A qualificação será possível graças à parceria entre a FIEPA e o governo do Estado, que através da Seter (Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda) já qualificou 17 mil técnicos em um ano. O programa de treinamento deverá se estender até 2012, acompanhando os investimentos anunciados pelas empresas mineradoras e pelo governo federal, através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que deverão investir mais de US\$ 57 bilhões no Pará. Segundo levantamento do PDF (Programa de Desenvolvimento de Fornecedores), da FIEPA, do total de trabalhadores das indústrias paraenses, apenas 10% têm o nível técnico, o que inviabiliza a evolução das empresas, principalmente a agregação de valor aos serviços.

APERFEIÇOAMENTO

O SENAI já está em pleno processo de reestruturação para adequar suas unidades aos cursos que serão ofertados em 2009. Mais três unidades da entidade (Parauapebas, Santarém e Barcarena) receberão a certificação ISO 9001, que reconhece instituições que prezam pela qualidade na gestão. A entidade já havia sido reconhecida através da certificação das três unidades de Belém e a de Castanhal. Além da certificação das suas unidades, o SENAI deverá lançar - ainda nos primeiros meses do próximo ano - outras novidades. Dentre elas, o Simulador de Equipamentos Móveis facilitará que os alunos dos cursos da área de transporte; metal-mecânica e construção civil tenham acesso às novas tecnologias do mercado.

CRÉDITO PARA EXPORTAÇÃO

Para dar fôlego aos exportadores da Região Norte, o Banco da Amazônia programa o lançamento de uma nova modalidade de crédito, o Amazônia Exportação. Utilizando o Fundo Constitucional do Norte (FNO), a linha de financiamento apresentará várias vantagens para as empresas exportadoras. Além da disponibilidade de recursos, o financiamento é isento da cobrança de tributos.

De acordo com a Lei 7.827, que regulamenta o FNO, o Banco da Amazônia poderá financiar para a atividade de exportação até 20% do valor do fundo, que atualmente é superior a R\$ 7 bilhões.

Poderão ser beneficiados com o Amazônia Exportação os empresários que fazem parte dos segmentos industrial, comercial e de serviços. Assim como o FNO, a nova modalidade de crédito terá como área de atuação os sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).



YURI AGE

PUPILOS DO COMÉRCIO EXTERIOR

Para fomentar as vendas dos produtos paraenses no mercado internacional, o CIN (Centro Internacional de Negócios), da FIEPA, formou a primeira turma de traders do Pará. Vinte e um profissionais das áreas de administração, contabilidade e economia receberam a qualificação e já estão aptos para negociar e consolidar contratos de exportação. A formação dos traders atende ao objetivo da FIEPA-CIN em apoiar as empresas paraenses no processo de inserção internacional, capacitando profissionais para atuar na promoção dos produtos em busca da ampliação de novos mercados no exterior. O curso para a formação dos traders se deu através de parceria entre a FIEPA-CIN e a DLA Internacional, instituição de ensino especializada na área do comércio exterior.

17º FESTIVAL DE DANÇA DO SESI



Da leveza do balé clássico à tradição das danças populares. Assim foi marcado o 17º Festival de Dança do Sesi, realizado no período de 11 a 16 de novembro, em Belém. O Festival reuniu cerca de 120 companhias de dança de todo o estado e dançarinos de todo o Brasil, com destaque para a participação da Cia. de dança Sesi Minas. As apresentações de dança tiveram como palco principal o Teatro do Sesi Gabriel Hermes, no entanto, foi instalado na área externa do teatro um tablado show - espécie de palco ao ar livre com o objetivo de tornar o acesso à cultura mais democrático. No tablado, os grupos de dança das empresas industriais Copala, Sococo, Celpa, Correios, Alunorte e Facepa ganharam um destaque especial em suas apresentações. O evento levou ainda um pouco de cultura para as empresas industriais de Belém, Ananindeua e Barcarena, como a Alunorte, que recebeu a Companhia de Dança Moderna e a ABM Academia, de Belém, que proporcionaram um momento cultural a cerca de 200 dos seus colaboradores.

PARÁ EM EVIDÊNCIA NO ESPORTE CIDADANIA

Mais de 10 mil crianças e adolescentes participaram da quarta edição do Esporte Cidadania, evento promovido pelo Sesi em parceria com a TV Globo, que aconteceu no dia 08 de novembro, em todo o país. O Pará foi o único estado brasileiro onde o evento foi realizado em quatro municípios simultaneamente. Os Centros de Atividades do Sesi de Ananindeua, Castanhal, Santarém e Altamira ofereceram desde atividades esportivas até serviços de saúde e cidadania. Para colaborar com este trabalho, mais de 625 voluntários participaram do evento, como Ulisses Pereira, premiado ex-treinador da seleção brasileira de boxe. Além da participação massiva, os organizadores do evento registraram mais de 40 mil pessoas atendidas pelos diversos serviços do Esporte Cidadania nos quatro municípios paraenses. Todos esses serviços tiveram como eixo o esporte, no qual foram aliadas atividades nas áreas de educação, cultura, lazer, saúde e cidadania.



MEMÓRIA DA INDÚSTRIA



A Fábrica São Vicente foi fundada em 1910 pela Senhora Maria Rita Ferreira dos Santos (D. Sinhá). Fabricava doces de vários tipos (massa, geléia, compotas). Utilizou-se sempre de frutas regionais na sua produção. Além dessa atividade, dedicou-se também ao beneficiamento da castanha para exportação. Alguns anos após sua fundação, associou-se à Fábrica Palmeira. Na imagem ao lado, a fachada da Fábrica São Vicente em 1939.

Uma sala pequena, alguns computadores e funcionários. Ao lado, uma porta dá acesso ao “coração” do projeto: a sala de reuniões. É ali que acontece parte das discussões sobre a nova fase do Sistema Indústria. No 12º andar do prédio da CNI (Confederação Nacional das Indústrias), em Brasília, foi montado um escritório para se trabalhar exclusivamente a execução do planejamento e da estratégia para garantir uma gestão melhor e mais eficiente para o SESI, SENAI e IEL, que compõem o Sistema Indústria.

O diretor do Escritório da Gestão da Estratégia e diretor-tesoureiro da CNI, Alexandre Furlan, resume o objetivo do planejamento estratégico da CNI com o slogan criado: “Todos olhando na mesma direção”.

Em uma entidade que completou 60 anos em 2008, a palavra-chave para continuar crescendo sempre foi a vanguarda. Agora, para manter essa característica, foi criado e já está em execução o planejamento estratégico da CNI. Dentro das diretrizes, foi incluído o PDA (Programa de Desenvolvimento Associativo), que visa modernizar a relação entre as indústrias, os sindicatos, as federações e a própria CNI. A idéia, explica Furlan, é que o industrial se veja representado – e bem representado – no Sistema Indústria. “O empresário tem que ficar ciente que seu sindicato pode resolver os seus problemas. E que o seu sindicato tem uma federação por trás que o sustenta”, define.

Nesta entrevista, concedida ao diretor executivo da FIEPA, Ivanildo Pontes, e ao jornalista Daniel Nardin, Furlan explica o processo que levou até a construção do planejamento estratégico e o novo objetivo de garantir uma gestão melhor e mais eficiente para as entidades que compõem o Sistema Indústria. Com uma melhor gestão, quem ganha é a indústria, que é a base do Sistema.

SISTEMA INDÚSTRIA DE MÃOS DADAS

PARÁ INDUSTRIAL – O Sistema Indústria passa por uma fase de mudanças em busca de melhoria. Como começou esse processo e qual o objetivo inicial?

ALEXANDRE FURLAN – Iniciamos em 2003, após a posse da diretoria comandada pelo presidente Armando Monteiro Neto, o que convençamos chamar de “Programa de Transformação”. Percebemos que a indústria de um modo geral – e eu como industrial posso afirmar isso – adotava modelos de gestão com foco na qualidade, na otimização de processos produtivos, no planejamento estratégico, na diminuição da ociosidade, na adequação de perfis profissionais, na responsabilidade social, dentre outros avanços. A partir dessa visão de análise externa, começamos a discutir o nosso modelo, olhando para dentro de nosso sistema. Constatamos que éramos um sistema com mais de 60 anos e que, apesar de se considerar de vanguarda para fora, não o era internamente, quer na forma de gerir os processos, nas diretrizes, na questão do enfoque sistêmico. O SESI era um, o SENAI também, o IEL idem. Cada um, cada um. E não é esse o nosso objetivo. Se somos um sistema, temos que nos enxergar, que caminhar como tal. Unir as forças. Quem é o nosso cliente? A indústria. Então não posso ter um colaborador do SENAI, por exemplo,

dizendo “Ah, meu cliente não é o mesmo do SESI...”. O cliente pode ser diferenciado no tipo de serviço prestado, no atendimento, mas não deixa de ser um cliente do Sistema Indústria, um contribuinte nosso.

PARÁ INDUSTRIAL – E qual foi a iniciativa?

ALEXANDRE FURLAN – Passamos a desenvolver ações e processos que nos permitissem externalizar de forma efetiva, para dentro e para fora, que somos instituições de vanguarda, que representamos a indústria brasileira e que a nossa agenda se confunde com a agenda do país. Estamos repletos de boas práticas em todos os estados que não eram compartilhadas. A comunicação e as interfaces não eram eficientes. Tivemos então a iniciativa de reunir empresários, associações setoriais, dirigentes e executivos do sistema e elaborar o Mapa Estratégico da Indústria Brasileira. Lá evidenciou-se até o horizonte de 2015, o que queremos para o país. Ali restaram consignadas metas ambiciosas de desenvolvimento sustentável, de inovação tecnológica, de aumento do PIB, dentre outras. Esse mapa acabou por desdobrar-se no Mapa do Sistema Indústria e nos Mapas Estratégicos de cada entidade (CNI, SENAI, SESI e IEL), tanto em nível nacional como estadual.



MIGUEL ANGELO IANNI

PARÁ INDUSTRIAL – E isso gerou uma aproximação com os departamentos regionais...

ALEXANDRE FURLAN – Exatamente. Começamos a explicar que, além da perspectiva nacional da representação institucional e de atuação sistêmica, os regionais precisariam participar desse alinhamento. Os sistemas Federação de Indústria nos estados são independentes, autônomos, não nos cabendo qualquer ingerência ou palpite nas questões relativas a gestão. O que pretendemos é uma aproximação cada vez maior dos departamentos regionais no alinhamento dos conceitos de gestão da estratégia, fortalecendo a execução do planejamento e aproximando as entidades. Enfim, trocar experiências de sucesso.

PARÁ INDUSTRIAL – Qual foi o próximo passo?

ALEXANDRE FURLAN – A estruturação do Escritório de Gestão da Estratégia em 2006, baseado em modelo de sucesso adotado por empresas privadas, servindo de apoio e monitorando os projetos corporativos, que dizem respeito a todas as casas. Apenas como exemplo, temos o Projeto de Custos e Resultados, onde se busca a geração de informações de maneira rápida e adequada sobre a aplicação de recursos e a geração de receita de cada ser-



Enquanto não tivermos capacidade de entender que somos um sistema e não uma entidade, vamos dar passos muito lentos no sentido de ser realmente uma entidade de vanguarda que representa os interesses da indústria brasileira - e é esse nosso objetivo."

viço oferecido pela CNI, Federações, SESI, SENAI e IEL, tanto em nível nacional quanto nos estados.

PARÁ INDUSTRIAL – Então vocês percebem alguns regionais com problemas graves e que podem ser ajudados de alguma forma?

ALEXANDRE FURLAN – Não com problemas graves, mas às vezes com dificuldades em pontos que poderiam ter a solução dentro de casa. Verificamos na fase atual, com nossas visitas aos estados, como já afirmei anteriormente, que temos muitos exemplos de boas práticas sendo trabalhadas pelos regionais que não são compartilhadas. A entidade regional guarda para si. Ou por lhe parecer algo específico ou porque nunca foi procurada mesmo. Temos observado também algumas oportunidades de melhoria que são relatadas e encaminhadas aos sistemas Federação ►

de Indústrias nos estados através de relatórios gerados após as visitas. Com o Projeto Estratégia em Movimento, conhecemos as realidades estaduais e buscamos sinergia com as diretrizes do nacional, como por exemplo o compartilhamento de áreas meio. Vários estados ainda possuem as áreas de RH, administrativa, financeira, etc, separadas por entidade. Buscamos, então, saber quais os entraves ou as dificuldades de se implantar tal modelo, sempre com o foco em buscar melhoria nos processos. Portanto, nosso objetivo é conhecer, entender e pensar naquilo que podemos fazer para auxiliar.

PARÁ INDUSTRIAL – Vocês tiveram uma percepção muito clara da relação entre indústria, sindicatos, federação e CNI. Como isso ocorria antes e o que deve ser mudado?

ALEXANDRE FURLAN – Com a implantação do nosso sistema de gerenciamento da arrecadação, o SIGA, hoje temos listas mais de 448 mil empresas industriais de nossa base em todo o país. Conseguimos verificar que 20 mil desse total respondem por mais de 80% de nossos recursos, enquanto que as outras 428 mil, que respondem por menos de 20%, são a base da nossa representatividade. Como atender então a todos? Quando nos questionamos sobre isso, percebemos que ainda estamos distantes das nossas bases. Também nos demos conta de que é imprescindível que nos esforcemos cada vez mais para capacitar nossos industriais, sejam micro, pequenos ou médios, valorizando-os a trazendo-os para próximo dos sindicatos.

PARÁ INDUSTRIAL – E como executar isso?

ALEXANDRE FURLAN – Vimos que de certa forma a pirâmide sindical brasileira está invertida. Os 1,2 mil sindicatos que são, ou deveriam constituir a base de sustentação representativa e financeira do sistema, respaldando as Federações que por sua vez respaldariam a CNI, carecem de melhorias. Atualmente, a CNI é quem acaba prestando auxílio à maioria das Federações, que também precisam auxiliar financeiramente os sindicatos – que, se não tiverem essa ajuda, podem até deixar de existir, eliminando parcela importante de nossa representatividade. Esta via há, necessariamente, de ser de mão dupla. Para melhorar a base, criamos o PDA, comandado pela Diretoria de Operações da CNI, que estabelecerá, a partir das Federações, uma linha mais direta com nossas bases. Vamos buscar o empresário, qualificando-o, mostrando a ele que podemos ajudar o sindicato a se desenvolver, a participar ativamente das decisões político-institucionais na sua área de abrangência territorial. Mostrar também, que ele (empresário) pode ser agente de mudanças, que é a base de nossa representação, que é importante para o

Sistema Indústria. Ter a certeza de que não é esquecido. Se ele estiver em Paragominas, Parauapebas, não importa aonde. Sabemos que ele está lá. Portanto, devemos estar mais presentes.

PARÁ INDUSTRIAL – A idéia então é construir um canal direto com o empresário, com a base?

ALEXANDRE FURLAN – Exatamente. E com isso capacitar cada vez mais a nossa base. Quanto mais micro, pequenos e médios empresários tivermos conosco, compartilhando dos mesmos ideais e objetivos, melhor. Falo isso porque, em relação às grandes empresas, essas estão geralmente nos grandes centros, ou quando não estão, têm bases de apoio neles que lhe dão suporte de informação e lhe



O empresário tem de ficar ciente que seu sindicato pode resolver os seus problemas. E que o seu sindicato tem uma federação por trás que o sustenta, que é um anteparo, um braço amigo para ajudá-lo. A verdade é que as pesquisas nos mostram que a própria indústria não nos conhece. O percentual é pequeno por tudo aquilo que a gente representa.”

propiciam melhores acessos para solução de problemas de toda ordem. Já o pequeno precisa cada vez mais de nosso apoio institucional e técnico. E é isso que estamos tentando fazer.

PARÁ INDUSTRIAL – No Pará, um grande desafio é a qualificação de mão-de-obra. Para ter mais cursos, mais vagas, uma melhor gestão é um processo para se conseguir isso?

ALEXANDRE FURLAN – Por sermos um país continental e heterogêneo, os sistemas estaduais também o são. Assim, não temos o mesmo tipo de indústria em todos os estados, o que obrigatoriamente nos leva a diferentes abordagens. Não posso pensar, por exemplo, que em Mato Grosso que é um estado eminentemente agroindustrial, devo capacitar pessoal técnico na área de robótica avançada. Isso pode ser uma realidade na Bahia, porque a Ford e a Petrobrás estão por lá e precisam de pessoal qualificado para isso. Portanto, cada vez mais será necessária uma política de cobertura diferenciada e não somente “cursos de prateleira”. Não adianta ter 60 cursos se não tenho demanda para tal. Se no Pará tenho demanda de qualificação e treinamento para a área de mineração, devo através do SENAI, do SESI, do IEL e da FIEPA, buscar

soluções para atender esse segmento. É por vezes difícil? Sim é, mas esta é a nossa missão: atender o industrial e o trabalhador da indústria brasileira como um todo.

PARÁ INDUSTRIAL – E como isso pode ser facilitado com todo o trabalho que vocês estão fazendo?

ALEXANDRE FURLAN – Como já mencionei, com o estudo de segmentação, sei onde estão e as possíveis demandas que têm as 448 mil industriais que formam nossa base. Passaremos, por certo, a traçar uma política de cobertura cada vez mais adequada. É aí que não podemos encontrar resistências. Precisamos entender de uma vez por todas que somos um sistema e não várias entidades distintas. Se assim for, vamos dar passos lentos no sentido

não nos conhecem. Acreditamos que o percentual dos empresários que estão conosco ainda é pequeno por tudo o que representamos.

PARÁ INDUSTRIAL – Existe algum caso específico?

ALEXANDRE FURLAN – Dou um exemplo recente. Grande parte das discussões que envolveram a edição da Lei que criou o Supersimples foram feitas na CNI. Tivemos “n” reuniões sobre isso. Quem é o pai do Simples? De repente todo mundo é o pai da criança. Será que não sabemos divulgar bem o que fazemos? Será que isso não chega à nossa base? As indústrias de nossa base poderiam dizer “nós somos responsáveis em grande parte por isso”. A falha talvez seja nossa, pois não mantivemos esse canal

MIGUEL ANGELO/CNI



• *Ivanildo Pontes, Alexandre Furlan e Daniel Nardin: empresas são diretamente beneficiadas pelo fortalecimento das entidades de classe*

de ser realmente um sistema de vanguarda que representa os legítimos interesses da indústria brasileira. E nosso objetivo é justamente o de ser a referência e o “porto seguro” de nossa base industrial.

PARÁ INDUSTRIAL – Quais os benefícios que esse programa pode levar para as empresas?

ALEXANDRE FURLAN – Essa é justamente uma das nossas vertentes. Não é o presidente da CNI Armando Monteiro que em uma entrevista no Jornal Nacional vai conseguir demonstrar ao presidente do sindicato das indústrias de base florestal de Paragominas que ele está representado. É, sim, o empresário associado aos nossos sindicatos enxergar na sua entidade de classe uma caixa de ressonância dos seus anseios, desejos e dificuldades. Se ele (associado) tem um problema fiscal, tributário, de pessoal, etc, para resolver, que possa encontrar no sindicato, na Federação e na CNI um anteparo, um braço amigo para ajudá-lo. O empresário tem de ter a certeza de que o sindicato amparado pela Federação pode ser seu parceiro de primeira hora. Pesquisas anteriormente realizadas nos mostraram que muitas empresas industriais

aberto ao longo dos anos. Queremos trabalhar pela melhoria e aperfeiçoamento da nossa representação sindical.

PARÁ INDUSTRIAL – O planejamento está em que fase?

ALEXANDRE FURLAN – Estamos entendendo que o planejamento é uma coisa de dia-a-dia. Tanto que o Escritório está dentro da estrutura da organização. E isso também nas grandes empresas. A Gerdau, por exemplo, tem uma diretoria de gestão da estratégia. Porque para chegar no tático-operacional, é preciso pensar. E para pensar, é preciso analisar cenários, analisar estrutura do país, etc.

PARÁ INDUSTRIAL – E essa coisa do “se conhecer para fazer melhor” pode ser aplicado mesmo no dia-a-dia?

ALEXANDRE FURLAN – Em qualquer organização, a mudança causa resistência e desconfortos iniciais. Existem algumas “zonas de conforto”. Isso faz com que pessoas sintam-se ameaçadas pela novidade. Temos de pensar que precisamos enxergar oportunidades nas ameaças e não ameaças nas oportunidades. A idéia é trabalharmos com foco, atingindo um nível de representatividade cada vez mais elevado. ■



Mina de oportu

Com expectativa de implantação de novos empreendimentos e investimentos milionários, a mineração vira a vedete do desenvolvimento paraense

Auditório do Hangar – Centro de Feiras e Convenções da Amazônia, em Belém, lotado. Empresários, pesquisadores, estudantes e profissionais em mineração não desviam a atenção do mineiro Paulo Camillo Penna, presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração). Durante pouco mais de 20 minutos ele fala sobre o atual cenário econômico, as práticas de responsabilidade social e os desafios da mineração empresarial em busca da sustentabilidade do negócio. O discurso parece deixar todos hipnotizados. E quando termina, a platéia aplaude calorosamente.

Talvez a reação ao discurso de abertura da Exposibram Amazônia 2008 – Exposição Internacional de Mineração esteja relacionada à pessoa de Paulo Camillo, presidente de uma entidade cujas 180 associadas respondem por mais de 85% da produção mineral brasileira (R\$ 46 bilhões em 2007). Mas é mais provável que tenha sido uma demonstração do interesse que o setor mineral vem despertando nos paraenses. O Pará está incluído no “boom” mineral

brasileiro. O estado destaca-se por ser o segundo maior exportador de minérios, atrás apenas de Minas Gerais. Projeções de especialistas apontam que até 2010 estes estados devem trocar de posição em razão de novos empreendimentos que irão se instalar em solo paraense. A atividade abre oportunidades de empregos e novas perspectivas de negócios para movimentar a economia não só do Pará, mas de toda a região Norte. “Isso refletirá na geração de empregos diretos e indiretos”, explica Penna.

Os quatro dias da Exposibram Amazônia e do I Congresso de Mineração da Amazônia, realizados em novembro, atraíram mais de 9 mil visitantes, 500 inscrições de profissionais em mineração e 600 estudantes de diferentes áreas. O grande interesse dos estudantes de nível superior e dos profissionais de mineração da região Norte foi encarado como uma resposta da força de trabalho às oportunidades de emprego qualificado abertas pelo setor na Amazônia, que tem importância estratégica na produção mineral brasileira. Previsões do Ibram mostram



HELIO SANTOS

nidades

• **Extração de caulim na mina da Imerys RCC, em Ipixuna: Pará deve ganhar cinco novos municípios mineradores até 2012**

que até 2012 devem ser investidos mais de US\$ 57 bilhões no setor em todo o país. O Pará deve ficar com 41% destes investimentos. “A tendência é que a Amazônia se consolide como o maior pólo minerador da América Latina e um dos maiores do mundo”, diz o geólogo Alberto Rogério da Silva, consultor do Ibram.

A mineração ganha cada vez mais força no Pará e na Amazônia por dois motivos básicos: pelo seu estoque de reservas e pelo potencial de gerar desenvolvimento sustentável. Estima-se que as jazidas amazônicas conhecidas representam mais de US\$ 15 trilhões. Para extrair os minérios – os principais na região são cobre, níquel, ferro, caulim e bauxita –, as empresas precisam atender a uma série de requisitos legais e a investir pesado em projetos socioambientais, o que reflete em demanda intensa de mão-de-obra especializada e relações constantes com comunidades vizinhas às jazidas minerais.

A expansão é tamanha que a previsão é que até 2012 o número de municípios mineradores do Pará salte de nove para 14. Entre os novos projetos, destacam-se os que vão produzir níquel, em fase de implantação em Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte e Xinguara; e os de bauxita, em implantação em Paragominas e Juruti. ▶

PRECISA-SE DE BONS PROFISSIONAIS

Cássio Marx Rabello da Costa, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), é otimista quando fala sobre os reflexos da expansão do setor mineral no mercado de trabalho. Segundo ele, o leque de crescimento é vasto. Em Belém, durante o I Congresso de Mineração da Amazônia, ele apresentou o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA -2007), que mostra a mineração como o setor econômico que mais necessita de trabalhadores com boa formação.

No Brasil, enquanto em setores como a construção civil, agropecuária, indústria extrativa vegetal e animal e serviços há excedente de mão-de-obra qualificada, as indústrias de transformação e extrativa mineral apresentam uma carência estimada de mão-de-obra qualificada de quase 117 mil pessoas em 2007, o que equivale a 26,2% dos empregos anualmente criados neste setor. Segundo ele, isto decorre de fatores como o modelo de formação ultrapassado no Brasil. “A formação dos profissionais está apoiada apenas nas universidades, quando a tendência mundial é apostar em outros protagonistas da educação e pesquisa, baseados na parceria entre empresas e pesquisadores, investindo em cursos técnicos em mineração e qualificação e aperfeiçoamento na área de mineração. Precisamos de novos protagonistas, concorrentes e parceiros das instituições de ensino”, reforça.

“Este é um tema que nos deixa em posição desfavorável em relação a outros países. O Brasil forma por ano 25 mil engenheiros, contra 80 mil da Coreia e 200 mil da China. Precisamos nos preparar para atender às demandas. Do contrário, ficaremos sempre atrás”, completa Onildo João Marini, secretário executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira.



PAULO SANTOS

• **Produção de alumina em Barcarena: capacitação**



TARSO SARRAF



FERNANDO ARAUJO

Referência mundial em sustentabilidade

A mineração ocupa lugar central na era da sustentabilidade e a Amazônia lidera mundialmente as discussões sobre desenvolvimento sustentável. Segundo o britânico Anthony Hodge, presidente do Conselho Mundial de Mineração e Metais (ICMM – International Council on Mining and Metals), a relação entre a atividade mineral na região e a sustentabilidade pode servir de exemplo para outros países. “Então, se quisermos saber se um projeto de mineração respeita os conceitos de sustentabilidade, é necessário que as comunidades participem das operações”, destaca.

Um exemplo de empreendimento mineral sustentável no Pará é a operação da Mineração Rio do Norte (MRN) em Porto Trombetas, uma vila residencial localizada em Oriximiná, município do oeste do estado, a 880 km da capital Belém. Nesta região a empresa desenvolve desde 1979 a extração de bauxita, beneficiamento, transporte ferroviário, secagem e embarque de navios. Ao mesmo tempo em que investe com frequência alguns milhões

de dólares para melhorar o seu processo produtivo, a empresa reserva volume semelhante de recursos para projetos sociais e ambientais.

Até pouco tempo, o carro-chefe da economia na região oeste paraense era a produção de farinha e mandioca. Atualmente, após vários cursos e parcerias firmadas entre a MRN, empresas e instituições governamentais para o desenvolvimento das comunidades, os moradores da região incrementam a renda mensal com a comercialização de peixes e produtos agrícolas, sem falar em fontes de renda ligadas às atividades culturais, como o artesanato. O reflorestamento também tem contribuído para melhorar a qualidade de vida da população. Anualmente, a empresa compra cerca de 150 mil mudas de pequenos produtores regionais para utilizar em seus programas de recomposição florestal.

Os resultados da mineração, de acordo com Hodge, devem ser positivos para o mercado, para as pessoas e para o meio ambiente. Países como Gana e Peru, onde

UM SETOR DE BILHÕES

- A mineração contribui com US\$ 12 bilhões para a formação do superávit da balança comercial brasileira;
- O Pará é atualmente o 2º maior exportador de minérios, atrás apenas de Minas Gerais;
- Até 2012 devem ser investidos mais de US\$ 57 bilhões no setor mineral em todo o país. O Pará deve ficar com 41% destes investimentos;
- A previsão é que até 2012 o número de municípios mineiros do Pará salte de nove para 14. Estão em fase de implantação projetos em Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Xinguara, Paragominas e Juruti.

ARQUIVO IMN

RESERVAS GARANTEM BOAS PERSPECTIVAS

Em tempos de crise mundial, o economista e consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Paulo Haddad, destaca que o setor mineral tornou-se chave na economia brasileira e contribui com cerca de US\$ 12 bilhões para a formação do superávit da balança comercial. “Nós não estamos blindados contra a crise. Mas o Brasil está em uma situação mais favorável do que em qualquer outra época”, diz. “Diferentemente de outros países, o Brasil tinha entre 60 e 70 grandes projetos de investimentos, muitos no Pará, na área de mineração, siderurgia, metalurgia, que estavam na bala da agulha, com dinheiro preparado, financiamento e mercado garantidos. Estes projetos podem sofrer uma pequena reprogramação, mas vão garantir que o impacto da crise seja relativamente menor. Imagine o Brasil como uma empresa que está em situação difícil, acumulou reservas no passado e pode administrar essa situação agora”, exemplifica.

Empresários de mineração apontam que a crise financeira estancou o crédito às “junior companies”, o que reduziu em 90% a atuação dessas empresas no Brasil. Isso porque vinham sendo financiadas em operações nas bolsas de valores, em especial, a de Toronto, no Canadá. Essas pequenas empresas são responsáveis pela descoberta de novos potenciais minerais em várias partes do país. Sem financiamento, a pesquisa de novas jazidas minerais está seriamente comprometida. “A intervenção do governo é crucial para reduzir os custos da mineração”, alerta o sueco Magnus Ericsson, especialista em análise global de mineração.

As projeções de Magnus Ericsson para a mineração internacional são positivas. A crise provocou ligeira queda na produção e nos preços dos minérios momentaneamente, mas, no médio prazo, a tendência é um novo “boom” mineral. “A urbanização vai continuar crescendo, assim como o nível de conforto exigido pelas populações por meio de novos equipamentos, como os eletroeletrônicos e informatizados. Isso tudo gera demanda maior por minérios e, em razão do declínio nos investimentos em pesquisa mineral, caem as chances de descoberta de novas jazidas, o que vai encarecer o preço dessas commodities”, avalia o especialista sueco.



TARSO SARRAF

• **Empresários, autoridades, pesquisadores, estudantes e profissionais em mineração lotaram o Hangar durante a Expositram Amazônia**

a mineração é feita de maneira colaborativa, mostram que essa barreira pode ser rompida pela indústria de mineração. “A cultura da mineração está arraigada na competição. Porém, muitas questões ligadas à sustentabilidade só podem ser resolvidas com a colaboração entre as empresas”, argumenta.

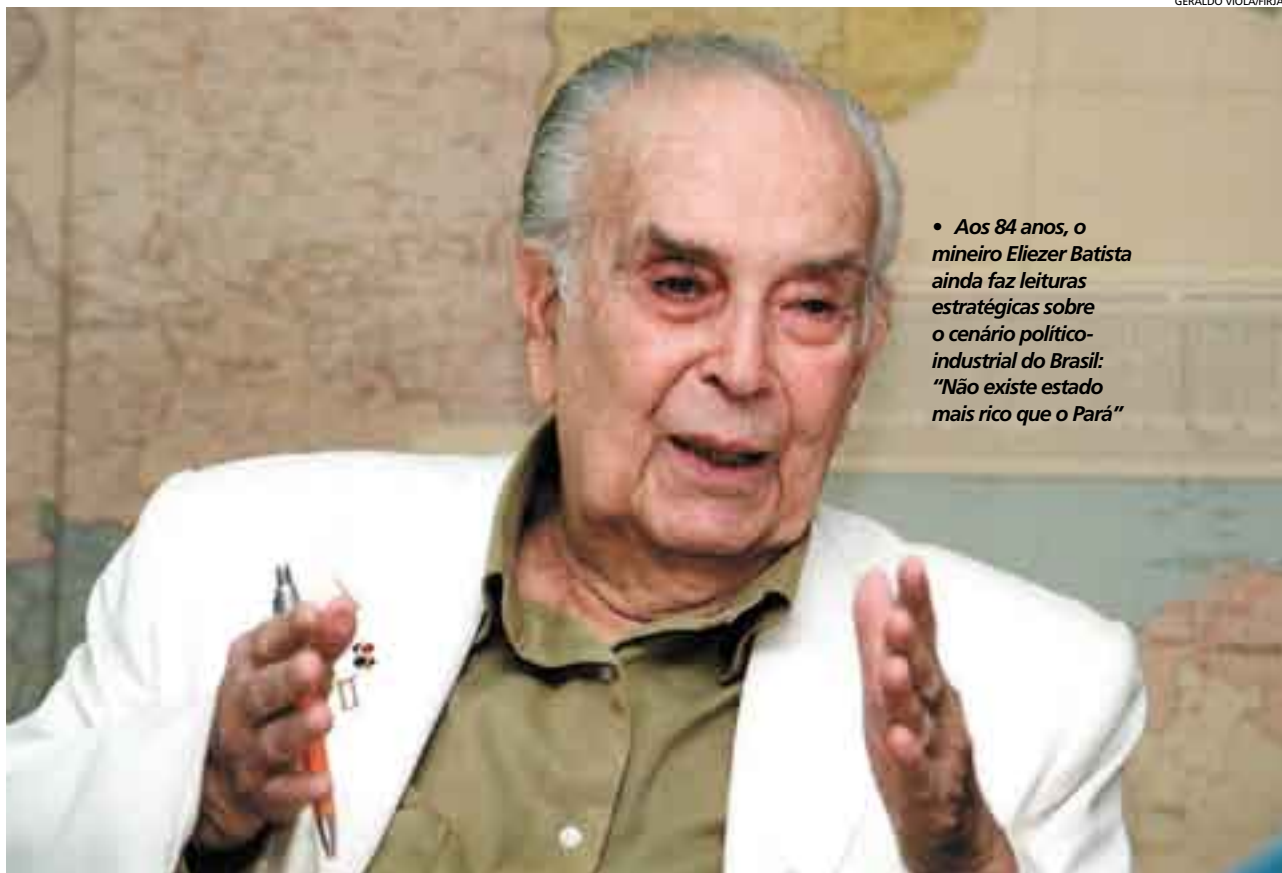
“Diversos bens, como os minerais, são finitos. E a companhia precisa se preocupar com o momento em que a mina chegar à exaustão. Não podemos ir embora e deixar o ambiente degradado”, explica Raquel Conde, gerente da Imerys Rio Capim Caulim S/A, produtora de caulim instalada nos municípios de Barcarena e IPIXUNA, no Pará. O caulim é um mineral argiloso branco usado na produção de papel, cerâmica, porcelanas, cosméticos, entre outros.

O processo de beneficiamento do caulim utiliza um grande volume de água. Porém, de acordo com Raquel Conde, a Imerys reaproveita 80% do líquido usado na produção do mineral. “Essa água vai para nossa bacia de contenção e, depois, volta para iniciar o processo novamente”, detalha. A companhia também faz o reflorestamento para recuperação das áreas onde a empresa extrai caulim. Afinal de contas, esta é a era do desenvolvimento sustentável. ■

Como virar potência nacional em 10 anos

Na visão do engenheiro Eliezer Batista, ex-presidente da Vale, é possível o Pará dar um salto econômico a partir do seu potencial mineral. Basta investir corretamente

GERALDO VIOLA/FIRJAN



• Aos 84 anos, o mineiro Eliezer Batista ainda faz leituras estratégicas sobre o cenário político-industrial do Brasil: "Não existe estado mais rico que o Pará"

O Pará poderá estar, dentro de 15 anos, no topo dos estados mais adiantados do Brasil. E mesmo um prazo de dez anos seria suficiente para isso. A receita? Uma aceleração profunda na educação, incluindo o acesso à internet em banda larga nas escolas, a realização de bons estudos para nortear a implantação de empreendimentos econômicos e o estabelecimento de uma relação harmônica e construtiva com a Vale.

O autor da fórmula é o enge-

nheiro Eliezer Batista, duas vezes presidente da Companhia Vale do Rio Doce (na época em que ela era ainda estatal) e duas vezes ministro de Estado – Minas e Energia entre 1962 e 1964, no governo João Goulart, e Secretaria de Assuntos Estratégicos em 1992, no governo Collor. Unanimidade entre os profissionais do setor mineral, Eliezer Batista é um raro exemplar do que produziu de melhor até hoje a inteligência brasileira na área tecnológica.

Aos 84 anos, completados em

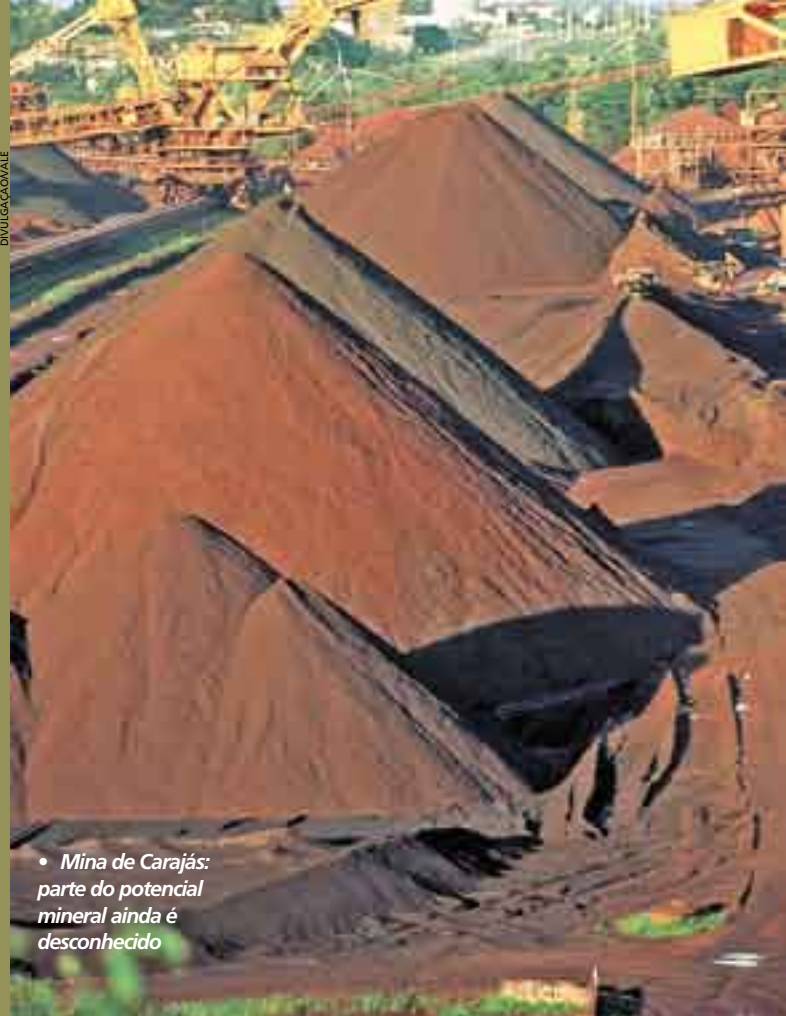
maio passado, esse mineiro de Nova Era continua ativo e lúcido como um rapazola. Diariamente, quando não requisitado por seus múltiplos compromissos externos, ele pode ser visto entrando no imponente edifício da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), na avenida Graça Aranha, centro da cidade. Ali, Eliezer ocupa há muitos anos, no sexto andar, um conjunto de salas onde mantém seu escritório, confortável mas sóbrio na decoração. E foi neste local que ele recebeu a reportagem

PESQUISAS E INFRA-ESTRUTURA

O Pará representa o mais bonito desafio do Brasil em termos de desenvolvimento. A avaliação é de Eliezer Batista, um dos mentores da política de industrialização do Brasil e de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século passado. No início dos anos 60, o Brasil pouco mais era do que um enorme “fazendão”, sem nenhuma importância no comércio mundial. Suas exportações, restritas basicamente ao café, açúcar e cacau, giravam em torno de US\$ 1 bilhão. Em 1962, como ministro de Minas e Energia no governo João Goulart, ele deu a arrancada para a construção do porto de Tubarão, no Espírito Santo. O porto não só garantiu o crescimento futuro da Vale, construindo uma ponte entre a até então acanhada mineradora e o resto do mundo, como permitiu aumentar significativamente as exportações brasileiras.

Além de dar credibilidade ao Brasil no plano internacional, o empreendimento, antevisto por Eliezer Batista como uma chance estratégica para o país, deu início a relações comerciais com o Japão que atrairiam no futuro para o Brasil grandes investimentos nas áreas de logística, siderurgia, alumínio e energia elétrica.

Com a mesma visão estratégica, Eliezer Batista garante: não existe no Brasil estado mais rico do que o Pará, detentor de uma riqueza mineral colossal e que nem é sequer de todo conhecida ainda. Os três únicos estados que têm levantamento geofísico completo, incluindo cintilometria (medida de radioatividade emitida por cristais) e magnetometria (medida de um campo magnético), segundo Eliezer Batista, são Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. E mesmo eles não fizeram o detalhamento geológico que deveria se seguir ao estudo de geofísica.



• *Mina de Carajás: parte do potencial mineral ainda é desconhecido*

No caso do Pará, observa Eliezer Batista que o estado tem uma província mineral gigantesca (Carajás) e na qual existe ainda muita coisa a ser descoberta. Somem-se ainda a isso, acrescenta ele, todos aqueles minérios existentes em volta do Jarí e na região de Alenquer e Monte Alegre, no oeste paraense. “Ali tem muito mineral e terras raras, material usado em televisão de alta definição, em nanotecnologia, todas essas coisas novas.”

O ex-presidente da Vale chama ainda a atenção para a recente confirmação de gigantescas reservas de potássio na região de Itacoatiara, no Amazonas, mas com ramificações no Pará. “Aquilo é um Carajás de potássio”, afirma Batista.

da PARÁ INDUSTRIAL.

Eliezer Batista foi o responsável por algumas das mais importantes e estratégicas decisões com impacto na economia e na política do Brasil ao longo do último meio século, pelo menos. Várias dessas decisões, aliás, tiveram o poder de mudar o curso da história econômica do país e continuam gerando, até os dias atuais, conseqüências positivas para a modernização e o desenvolvimento do Brasil e de alguns estados, entre eles o Pará.

Foi ele, por exemplo, o respon-

sável pela decisão do governo brasileiro de comprar, da americana United States Steel, os direitos que ela detinha para exploração de Carajás. Quando, na década de 1970, a empresa americana fixou o preço – US\$ 50 milhões –, Eliezer Batista não pensou duas vezes para fechar o negócio. Ele era, na época, presidente da Rio Doce Europa e chairman da Rio Doce International, com sede em Bruxelas.

Sobre a negociação com a US Steel para a compra dos seus direitos

sobre as minas de Carajás, Eliezer reconhece que foi um diálogo difícil. O negociador americano, segundo ele, era de uma arrogância fora do comum e não conseguia esconder seu profundo despreço pelo Brasil. “Ele pensava unicamente na empresa dele, enquanto nós defendíamos o interesse brasileiro”, ressalta.

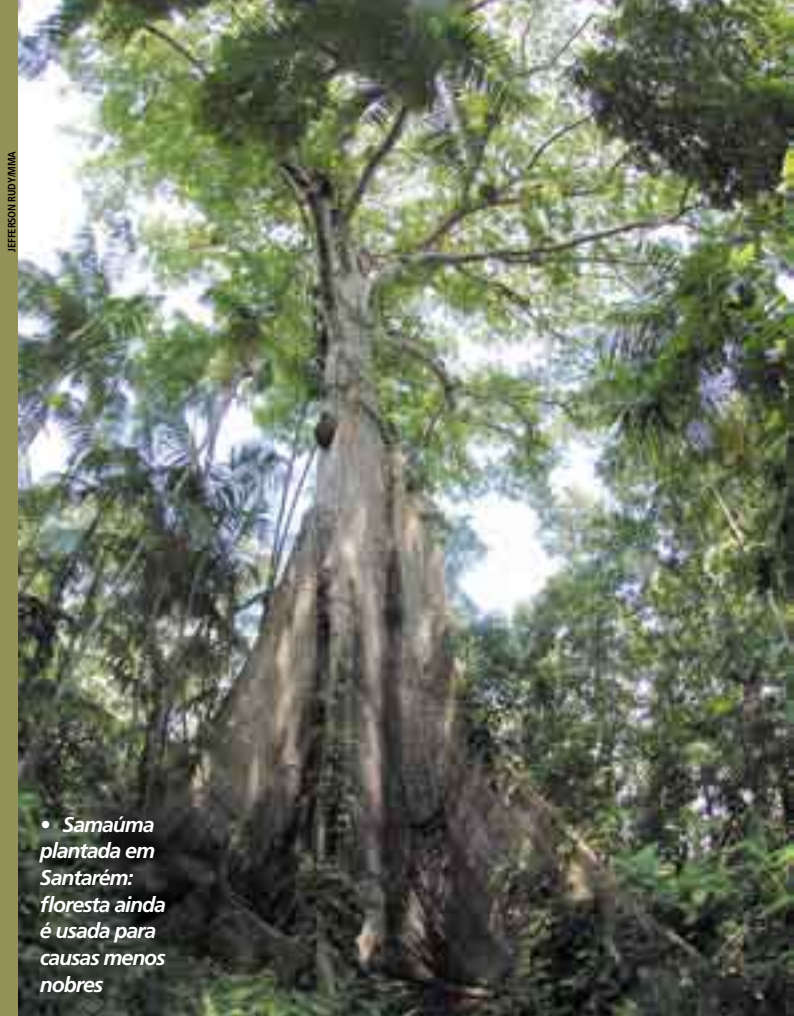
Também foi Eliezer que, credenciado pelo governo brasileiro, negociou com os japoneses a sociedade que resultaria na implantação da fábrica de alumínio da Albras, em Barcarena, ▶

RIQUEZA FLORESTAL

Carajás, no Pará, é o melhor exemplo de que é possível compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. A afirmação é do engenheiro Eliezer Batista, que chama a atenção para um detalhe importante. A reserva florestal de Carajás, onde há hoje 1 milhão de hectares praticamente intacto, foi concebida pela Vale em 1979, quando não existia ainda qualquer exigência contida hoje na legislação ambiental brasileira e nem se falava em ecologia, um termo cunhado mais de uma década depois, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro.

O exemplo mais antigo, porém, tem como berço o Espírito Santo. No final da década de 1950 – entre 1957 e 1958 –, quando nem se cogitava ainda de discussões em torno de assuntos como ecologia e aquecimento global, a Vale adquiriu em Linhares uma área de floresta que é hoje a maior reserva contínua remanescente da Mata Atlântica.

De acordo com Eliezer Batista, a aquisição da floresta, meio século atrás, encontrou severas resistências dentro da própria estatal. Para convencer seus companheiros de diretoria, que eram contra o negócio, ele utilizou o argumento de que era preciso comprar a área para produção de dormentes, que seriam utilizados na construção da Ferrovia Vitória Minas. Efetuada a compra, por decisão sua, a Vale jamais produziu lá um único dormente e a reserva natural de Linhares é hoje o mais importante centro de pesquisa científica voltada para o setor florestal do Brasil. Eliezer Batista lembra ainda que, em 1992, quando integrou o ministério do presidente Fernando Collor de Mello, ele captou dinheiro no exterior para custear o zoneamento econômico ecológico da Amazônia, do qual o Pará seria o maior beneficiário. A idéia, disse ele, era



• Samaúma plantada em Santarém: floresta ainda é usada para causas menos nobres

fazer estudos de solo, clima, fauna e vegetação, produzindo um acervo completo de conhecimento científico da região para servir de base para o aproveitamento do seu potencial econômico, sem o risco de causar ou aguçar problemas sociais e ambientais latentes.

Esse projeto não foi concluído. O ex-presidente da Vale lamenta que alguns estados da Amazônia tenham utilizado mal os recursos, enquanto outros nem sequer os utilizaram com o objetivo do desenvolvimento sustentável. “O que acontece é que nós estamos estragando áreas preciosas de floresta para usos menos nobres. É como se estivéssemos dando caviar para crocodilo”, diz, em tom de alerta.

como forma de viabilizar a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins. Atualmente, desafiando as limitações da idade e alguns problemas de saúde, Eliezer ocupa cargos em 12 corporações, dentro e fora do Brasil, como membro, vice-presidente ou presidente.

Presença empresarial

A iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) de solicitar a uma empresa especializada de São Paulo a rea-

lização de um estudo da logística no estado e na região mereceu do engenheiro Eliezer Batista apoio incondicional. A empresa é a Macrologística, que desfruta de sólido prestígio em todo o Brasil.

Para ele, a iniciativa da FIEPA é “feliz e oportuna”, porque um estudo desse tipo tem a capacidade de atrair investidores inteligentes para o estado. Eliezer disse conhecer a equipe da Macrologística. “São pessoas que pensam o desenvolvimento em base sustentável, tratando

simultaneamente de todos os problemas em suas dimensões econômica, social e ambiental”, acrescentou.

Ele ressaltou que, no mundo moderno, todo e qualquer empreendimento que fugir a esse modelo estará condenado ao fracasso. Se o investidor não cuidar da questão ambiental, conforme frisou, estará destruindo a natureza e passará a enfrentar no mercado restrições cada vez maiores. E se não houver o planejamento econômico, nenhum investidor vai arriscar seu capital

O DESAFIO DA LOGÍSTICA

MARCELO LEUS



• *Escoamento de produtos a partir do porto de Belém: infraestrutura ainda é inadequada*

A construção do porto do Espadarte, no município de Curuçá, é da maior importância para o Pará, desde que sejam concluídas as eclusas de Tucuruí. “Com ele o Pará ganhará um porto-indústria em condições competitivas com as maiores distâncias do mundo”, afirmou o engenheiro Eliezer Batista. Ele disse que, em 1992, quando ocupava a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, chegou a propor a construção de um porto na foz do rio Amazonas, que seria ou em Vila do Conde ou no Amapá. Esse projeto iria estimular o aproveitamento do sistema hidroviário da Amazônia e facilitar em especial a navegação pelo rio Madeira para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste.

O ex-presidente da Vale confirmou que quase vinte anos antes, na década de 1970, a estatal, em parceria com a US Steel, realizou estudos em Curuçá para a construção de um porto. “Mas, naquela época, nós não conhecíamos

a batimetria do lugar”, disse Eliezer, acrescentando que, além disso, a sócia americana tinha interesse num porto apenas para minério de ferro destinado à costa leste dos Estados Unidos, onde ela mantinha suas siderúrgicas. A Vale, com planos mais ambiciosos e de olho no mercado japonês, alimentava a expectativa de fazer negócios compatíveis com os gigantescos depósitos de minério de ferro descobertos em Carajás, já então cubados em mais de 18 bilhões de toneladas. Sabia-se então que o Japão precisaria de grandes quantidades de minério. E para se manter competitiva, a Vale iria precisar de grandes navios e ainda assim com retorno de petróleo do Golfo Pérsico.

A disputa interna com a US Steel – que acabaria desistindo de Carajás –, o conhecimento ainda insuficiente que se tinha na época do litoral paraense e a opção pela conquista do mercado japonês acabaram levando a Vale a se decidir pelo porto de São Luís para o escoamento do minério.

num negócio que poderá se revelar como de alto risco.

Destacou o ex-presidente da Vale que quem gera emprego não é o governo, mas o empresário, o investidor, e este não tem por costume meter a cara onde não conhece. Quando, porém, existe um estudo que indica com precisão quanto custa a implantação de um determinado projeto, aí a situação muda completamente. Neste caso, disse Eliezer Batista, o empresário sabe com segurança quanto lhe cus-

tará instalar, obter a matéria-prima e operar o projeto. Também terá uma idéia muito precisa de custo para vender ou exportar seu produto.

“O bom empresário só investe quando ele conhece os números. No escuro, ele não vai, e os que vão, em sua maioria, são predadores”, afirmou Eliezer Batista. E por que são predadores? Segundo ele porque precisam trabalhar com margens de lucro excessivamente altas para compensar a falta de conhecimento de certos itens de custo, que eles

ignoram por completo.

No caso de haver um estudo, como o que foi solicitado à Macrologística pela FIEPA, considera Eliezer Batista que uma providência como esta facilita enormemente a vida dos investidores. Foi exatamente assim, aliás, que fez a Vale, conforme frisou, ao implantar o Projeto Ferro Carajás, na década de 1980. “Primeiro nós fizemos um estudo mostrando como poderíamos chegar competitivamente ao Japão com o nosso minério de ferro.” ■



ILUSTRAÇÕES: CASSO

Perigo no fundo do navio

Entidades paraenses se unem para estudar os impactos da água de lastro, um componente vital para a navegação, mas danoso para o meio ambiente

Uma parceria inédita entre o Sindicato das Indústrias de Pesca do Pará (Sinpesca) e pesquisadores da Universidade Rural da Amazônia (Ufra) vai traçar um diagnóstico completo das alterações provocadas no meio ambiente aquático amazônico pelo despejo da água de lastro, um componente indispensável na navegação, mas que pode carregar pragas e provocar desequilíbrio no ecossistema.

A água de lastro é utilizada pelos navios, principalmente aqueles que transportam grãos, minérios e outros produtos de um país para o outro, como uma espécie de contra-peso para que a embarcação mantenha a estabilidade na água. Essa água fica depositada na parte mais baixa da embarcação – como se fosse o porão - e é abastecida nos países de origem, na maioria das vezes países europeus, asiáticos e norte-americanos. Ao chegar no país destinatário, o navio despeja toda a água que foi represada. O resultado: muitas espécies de algas, bactérias, plantas, animais estranhos ao meio ambiente regional são jogados nos rios do estado.

Essas espécies, também chamadas de invasoras, acabam se tornando pragas em países distantes de seu habitat natural e interferem no equilíbrio do ecossistema local e podem prejudicar a saúde humana.

“A nossa preocupação maior com a água de lastro é que ela traz agentes patogênicos – ou seja, nocivos às espécies aqui existentes. Isso vai gerar uma seleção natural e espécies que eram da região podem ser afetadas de forma desastrosa. Isso porque alguns organismos ficam livres dos predadores naturais e, em condições favoráveis, acabam dominando o ecossistema”, afirma o biólogo Nuno Filipe Melo, professor da Ufra (Universidade Federal Rural da Amazônia). “Queremos justamente trabalhar nesta pesquisa e evitar algo pior para o nosso ecossistema aquático amazônico e para a saúde de todos nós.”

Um exemplo de organismo exótico transportado pelos

ambientes costeiros de todo mundo, pela água de lastro, é o vibrião colérico, um grande problema de saúde pública nas décadas de 70 e 80 e que ainda afeta vários países. Outro invasor conhecido é o mexilhão zebra, introduzido nos Grandes Lagos nos Estados Unidos. Hoje, esta espécie infesta mais de 40% das águas continentais americanas e causa impactos econômicos severos, principalmente para os setores elétrico e industrial. O molusco é capaz de formar colônias e bloquear massivamente os encanamentos e as passagens de água.

Estima-se que somente os Estados Unidos têm prejuízo de US\$ 138 milhões por ano, incluindo-se os prejuízos e gastos com controles de espécies exóticas aquáticas e terrestres.

A maré vermelha, que ocorreu no início da década em Guaraqueçaba, litoral do Paraná, causando mortalidade de peixes e provocando sérios problemas para a população local, foi causada por algumas espécies de microalgas exóticas. Embora não existam evidências científicas, os especialistas dizem que é provável que essas microalgas tenham alcançado novos ambientes através da água de lastro.

Nos portos do Pará a preocupação aumenta porque não há uma fiscalização permanente nas embarcações, mesmo tendo um posto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no Porto de Belém. De acordo com o chefe do Posto, Francisco Wanzeller, a análise da água de lastro só é feita quando há solicitação. “Realmente, só há análise quando é pedido”, revela. Ainda segundo Wanzeller, a própria Anvisa fez um levantamento da qualidade da água de lastro em nove portos do país, incluindo o porto de Belém. A análise, chamada “Estudo Exploratório sobre a Qualidade Sanitária da Água de Lastro Desaguada na Costa Brasileira”, constatou que os organismos patogênicos oriundos da água de lastro podem causar riscos à saúde pública. ▶





Choque de habitat

As empresas estimam que diariamente cerca de 60 milhões de litros de água de lastro sejam despejados nas áreas portuárias do Pará. Isso daria para abastecer pelo menos 24 piscinas olímpicas. “Imagine tudo isso sendo despejado nos nossos rios. A maior parte das embarcações é de origem de água salgada e aqui no Pará em alguns casos se deparam com água doce. O choque de habitat é muito grande”, explica o engenheiro de pesca e professor da Ufra, Mutsuo Asano Filho.

O Ministério de Meio Ambiente tem uma lista de mais de 53 espécies exóticas que afetam o meio ambiente marinho brasileiro. Dessa relação, oito seriam espécies invasoras. O estudo revela que a maioria desses organismos foi introduzida de forma não-intencional, ou seja, por meio da água de lastro e/ou por incrustação. As espécies pertencem à categoria bactérias, microalgas, macroalgas, invertebrados e peixes marinhos. A listagem fará parte do informe nacional que contemplará estudos sobre os impactos das espécies invasoras nos mares e na saúde.

Um exemplo é a microalga “Ale-

xandrium tamarense”, encontrada no litoral do Paraná e do Rio Grande do Sul. Ela causa “maré vermelha”, que produz toxina e traz problemas econômicos e à saúde pública, porque provoca a mortandade de peixes e pode causar problemas de pele nos seres humanos. “Esse é um alerta para nossas autoridades tomarem conhecimento e agirem para evitar um mal maior. O Sinpesca está fazendo a sua parte para evitar a escassez de pescado futuramente. O sindicato está investindo nesta pesquisa, que vai colaborar com toda a sociedade. Agora, temos de ter parcerias e esperamos o apoio de todas as instituições oficiais que lidam com o meio ambiente e com a saúde pública do estado”, afirma Fernando Ferreira, presidente do Sinpesca e presidente do Conselho Nacional de Pesca (Conepe).

No Pará, as instituições que trabalham com a preservação do meio ambiente possuem poucas ou quase nenhuma informação sobre as espécies invasoras. A maioria das informações sobre as chamadas “espécies exóticas” está disponível em sites especializados em meio ambiente. x

RISCOS E BENEFÍCIOS

A água de lastro é essencial para o equilíbrio e navegabilidade de embarcações que transportam commodities mundiais, mas pode transportar espécies capazes de alterar por completo o ambiente de uma região. Confira outras características:

- Navios mercantes transportam mais que 80% das commodities mundiais e são essenciais para a economia mundial;
- Todos os navios cargueiros necessitam da água de lastro e não existem produtos substitutos para o lastreamento;
- A IMO (sigla em inglês para Organização Marítima Internacional, da ONU) estima que 12 bilhões de toneladas de água de lastro são transportadas anualmente ao redor do mundo;
- A IMO estima que cerca de 4.500 espécies são transportadas pela água de lastro pela frota mundial a qualquer momento;
- A cada nove semanas uma espécie marinha invade um novo ambiente em algum lugar do globo;
- O transporte de bens por navios tem aumentado constantemente, e novos destinos têm sido alcançados;
- As espécies marinhas exóticas são consideradas uma das quatro ameaças aos nossos oceanos.

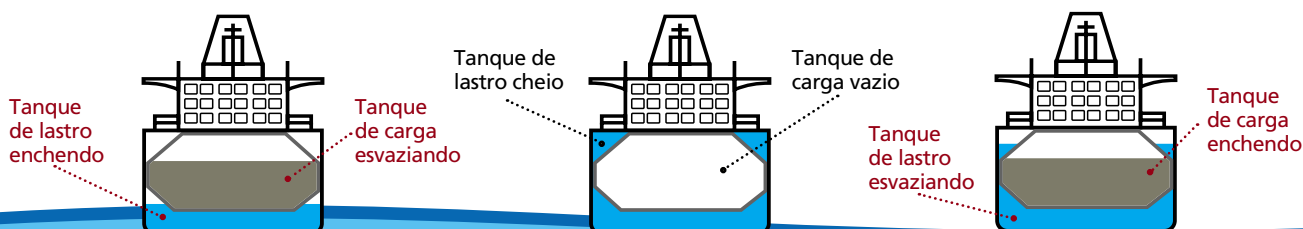
Fonte: Instituto Ecoplan, disponível em www.ambientebrasil.com.br

PROCESSO DA ÁGUA DE LASTRO

1 - No Porto de origem, retirando a carga, carregando água de lastro

2 - Em rota, sem carga e cheio de água de lastro

3 - No porto de destino, recebendo carga e descarregando água de lastro



Edson Franco é presidente do Instituto Alerta Pará



OS DESAFIOS DO INSTITUTO ALERTA PARÁ

Haja fôlego! A proposta é audaciosa: um pacto da sociedade paraense para a consolidação da fronteira aberta, tal é o objetivo maior do Projeto Preservar, essência mesma do Instituto Alerta Pará.

É o primeiro grande desafio que terei de enfrentar. Sabedor, por ouvir dizer, a respeito do solo e do subsolo paraenses, terei de aprender muito para poder mobilizar a sociedade do nosso estado com vistas ao cumprimento das metas propostas para o Instituto. Destituído das vestes da ciência da terra, entendo que a minha escolha decorreu tão-somente da minha disponibilidade para o serviço. Nada mais que isto. Se muitos já estavam esgotados com tanto trabalho, restava buscar alguém livre para implantar e dar vida ao Instituto Alerta Pará.

Há outros desafios muito maiores. Falar, pois, do desmatamento zero, uma das bandeiras do Instituto, é, realmente, aventurar-se ao convencimento de predadores, interessados apenas nos lucros que a floresta oferece. Desmatamento zero não é e nem pode ser um “slogan”. Exigirá a responsabilidade de denunciar, com veemência, avanços na fronteira já aberta. Claro que o Instituto não irá compor uma milícia de impedimento e punição. Então será um “santo ofício” da terra a condenar aqueles que se aventurem a fazer do nosso estado um contribuinte para o aquecimento do Planeta? Também não é isto. Há que buscar elementos de suporte para tentar ordenar, com base no zoneamento ecológico-econômico, os avanços da agricultura, da pecuária, da indústria, do comércio e dos serviços, do turismo e da mineração, propulsionando o desenvolvimento do Pará. Um governo paralelo? Nada disto, também, e sim uma vontade resoluta de auxiliar aqueles que realmente estão empenhados no nosso desenvolvimento.

Se é verdade que o leite já foi derramado, o que não pode mais acontecer é continuar a derramar mais ainda sem a preocupação com a desertificação das nossas terras. Uma resposta aos críticos? Pode ser que sim, mas o que é fundamental é que se tire proveito daquilo que já ocorreu para transformar em algo produtivo o tanto que já foi desmatado. Uma resposta aos poderes públicos? Claro que não, visto que os poderes públicos, de si mesmos, devem estar interessados no desenvolvimento

do nosso povo e o Instituto poderá ser um contribuinte de mentalidade aberta para proporcionar elementos aos governantes para que se traduzam na prática aquilo que na teoria e na mente paraenses já se encontram.

Veja o caso do Projeto Preservar. Ele prega muito mais que simplesmente preservar, posto que a terra que temos é propícia para o desenvolvimento de um punhado de iniciativas promissoras para fazer do nosso estado um abastecedor alimentar do Brasil e do mundo, no melhor e no mais amplo sentido de alimentar, posto que energia é fonte de alimentação, trabalho é fonte de sobrevivência, no comércio, nos serviços, no turismo e na mineração.

O Instituto não é um sonho do mundo empresarial. É uma parceria formada por variados tipos de associados, trabalhadores e colaboradores, especialmente no campo

O melhor uso da fronteira aberta não pode se tornar fonte de contemplação, mas do efetivo aproveitamento para que, com nossa produção, possamos alcançar os mercados nacional e mundial.

das ciências e da inovação, enfim, profissionais dedicados à causa paraense. Não há, de parte do Instituto, exclusão de quem quer que seja. Ao contrário, o Instituto está aberto à colaboração de tal maneira que o melhor uso da fronteira aberta não se torne fonte de contemplação, mas do efetivo aproveitamento para que, com nossa produção, possamos alcançar os mercados nacional e mundial. Nem a agricultura familiar escapará, visto que ela, rapidamente, poderá se transformar em beneficiadora de produtos inovadores.

O desafio dos recursos para o Instituto é um desafio relevante e há de ser absolutamente participativo de sorte que o Fundo Preservar, fruto da arrecimação de recursos privados e de contribuições públicas, possa ser o ponto de convergência do ordenamento e do melhor uso da fronteira aberta. Não imaginemos que tudo será fácil, que tudo acontecerá de forma a não ter ranhuras. Todavia, acertar muito mais do que errar é o nosso propósito, evitando-se as mazelas já tão conhecidas do nosso país. ■

Criatividade para driblar a crise

Para evitar a queda na produtividade e desemprego em escala, exportadores apostam no mercado interno para manter o volume de faturamento

A crise econômica internacional acendeu a luz amarela do mercado brasileiro. Especialistas na área financeira sugerem cautela para os investidores, mas afastam a possibilidade de uma recessão na economia. No Pará, a redução no preço das commodities, a baixa oferta de créditos e a falta de moeda estrangeira refletem na queda das exportações dos produtos paraenses.

Os três setores que encabeçam a lista dos maiores exportadores paraenses - mineral, madeireiro e agronegócio (bovinos vivos) - começam a sentir os abalos conseqüentes dessa que já é considerada a maior crise econômica mundial.

De acordo com o economista Wilton Brito, os efeitos causados pela redução nas exportações seria a estagnação da produção e uma possível inflação, proveniente da alta demanda e baixa oferta. Estes dois condicionantes, explica, poderiam contribuir para o desemprego. “Este Natal será bem pior que o do ano passado. Não teremos tanta oferta de produtos importados e, aqueles que estiverem nas prateleiras sofrerão um aumento de preço possivelmente acima da média da inflação”, analisa.

Para driblar a crise, desencadeada há alguns meses nos Estados Unidos após a quebra de instituições financeiras, empresários de diversos setores produtivos começam a expandir o seu mercado com uma solução caseira. Em alguns casos, a venda para outros estados brasileiros vem ganhando prioridade das empresas exportadoras.

Exemplo dessa nova estratégia está sendo tomada pela Tramontina. A empresa, que produz móveis, utensílios domésticos e cabos para ferramentas, inverteu a lógica da exportação. “Em função da alta do dólar tivemos que migrar para o mercado interno. Nesse momento em que o mercado americano está desaquecido, buscamos alternativas para manter o volume de



ARTE: CALAZANS SOUZA

LOTERIA MONETÁRIA

Para as empresas paraenses exportadoras de carne e boi vivo, o principal abalo proveniente da crise americana se dá pela instabilidade do valor do dólar. De acordo com o gerente de exportação da Kaiapós Fabril e Exportadora, Daniel Freire, o mercado anda muito “volátil” e interfere nas negociações. “Virou loteria fazer composição de preço dos nossos produtos. A oscilação do dólar incide muito expressivamente no custo do nosso produto, que é tido no mercado internacional como commodity”, explica. “O maior problema é pagar os compromissos com o dólar forte e receber com ele fraco. Por causa dessa volatilidade do mercado, estamos renegociando muitos dos nossos contratos”, completa.

Mesmo gerando alguns abalos no mercado de carne, o gerente de exportação da empresa acredita que no curto e médio prazo a indústria local será beneficiada com a atual crise. “Acho que foi interessante, pois acaba com a irresponsabilidade de certas empresas serem alavancadas com o capital externo barato. Muitas dessas empresas não tinham nenhum comprometimento com o desenvolvimento do estado, algumas estavam se envolvendo até em esquemas de cartel”, relata.

Na opinião do gerente de exportação, outro ponto positivo da crise é a possível valorização e estabilização do dólar no curto e médio prazo. Daniel Freire conta que com a moeda americana sendo comercializada a R\$ 1,90 – como estava até setembro deste ano – ficava impraticável expandir a produção. “Nosso mercado trabalha melhor com o dólar forte e estável. Não significa que torcemos pela alta da moeda americana, mesmo porque muitos dos custos da empresa são cotados em dólar. O que queremos é a estabilidade do mercado e a expansão da nossa produção”, conclui.

faturamento”, explica o diretor administrativo da empresa, Antônio Pagliari.

Mesmo buscando alternativas para manter o volume de faturamento, o diretor administrativo da Tramontina anuncia aumento na tabela de janeiro dos produtos da empresa. De acordo com Pagliari, a elevação de preço é consequência da alta em torno dos 20% em cima dos custos de insumos básicos, como verniz, cola, lixas e ferramentas de corte. “Buscamos por fornecedores aqui no Brasil para que tentemos fugir do aumento causado pela alta do dólar. Acontece que alguns insumos são produzidos apenas no exterior”, explica.

Quanto à compra dos insumos produzidos no exterior, Pagliari alerta para a ausência de crédito para a exportação. “Muitos dos nossos insumos vêm da China e França. Precisamos das linhas de crédito para financiamento da exportação para que não utilizemos nosso capital de giro. Mas, com a crise a maioria dos bancos está operando sem limites e sem prazo para financiamento. Aqueles que ainda oferecem linhas de crédito aumentaram o deságio de 6 para 12 e o prazo foi encurtado de 360 dias para 88.” Dado este problema com o financiamento para a exportação, Pagliari conta que teve de adiar a compra de um maquinário para o aperfeiçoamento no processo produtivo. “Estou com uma nova máquina parada lá na Itália, pois não consigo fazer financiamento para a exportação. A máquina tem o objetivo de aperfeiçoar o acabamento dos nossos produtos para que aumentemos a nossa participação no mercado”. ■

20%
É o percentual de aumento nos preços de alguns insumos básicos, como verniz, cola, lixas e ferramentas de corte. Alta deve refletir nos valores dos produtos de algumas empresas sediadas no Pará

MÃOS À OBRA

Financiamento facilitado, expansão econômica e industrial, déficit habitacional. Seguindo tendência nacional, a construção civil bate recordes de crescimento no Pará

8h12 da manhã. Com doze minutos de atraso para a entrevista marcada para às 8h de uma sexta-feira – pedido pelo entrevistado, que queria conversar logo na primeira hora útil do dia seguinte - o cumprimento rápido de aperto de mão é acompanhado da bronca em tom leve: “Está um pouco atrasado, não?”. Após a breve saudação, abre a porta e a mão esquerda não larga o celular do ouvido. Ligação finalizada. Enfim, o empresário Manoel Pereira se senta no pequeno escritório. Agora, é ele quem se desculpa. “Hoje está uma correria. Vamos começar?”. Antes mesmo da primeira pergunta, nova interrupção com o celular vibrando na mesa.

A cena – interrompe, volta para a entrevista e interrompe novamente - se repetiu por oito vezes em pouco mais de vinte minutos de conversa. Enquanto isso, outras três pessoas já aguardavam para falar com Manoel. A correria do empresário que trabalha há 36 anos na construção civil é um retrato fiel do momento de euforia que vive o setor.

Quem anda por Belém com um olhar mais apurado certamente percebe o crescimento dos canteiros de obras na cidade. Olhar para cima e não ver um prédio é cada vez mais raro. O chamado “boom” da construção civil não é apenas maneira de dizer ou simples empolgação. É a realidade. “O mercado na verdade sempre esteve aquecido, mas agora é um momento de superaquecimento. As empresas paraenses já eram fortes, mas a chegada de grandes empresas nacionais, que estão se associando com as locais, fez o negócio se expandir demais. A velocidade, a concorrência é enorme. Tudo está em expansão no setor”, aponta Manoel Pereira, presidente do Sinduscon

150

É a quantidade de obras em andamento na Grande Belém, somente na área imobiliária, entre residenciais verticais e horizontais

20%

É o índice de crescimento do setor da construção civil em 2008. Com a previsão das obras do PAC, este valor deve apresentar um salto significativo em 2009

(Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Pará). Segundo ele, o índice de crescimento do setor deve chegar a 20% em 2008, considerando apenas o setor imobiliário e residencial. “Se for somar as obras públicas e da indústria, isso sobe ainda mais. Ainda é cedo para prever o crescimento para 2009. Porém, com as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), certamente esse impulso vai ser ainda maior no estado”, afirma Manoel Pereira.

Apenas na Região Metropolitana de Belém existem cerca de 150 obras em andamento, apenas na área imobiliária, entre residenciais verticais e horizontais. Isso significa mais de 6 mil lotes e apartamentos apenas na capital. Aliás, a paisagem de cidades do interior começa

MARCELO LEIS





• *Canteiro de obras de um shopping center na Avenida Doca de Souza Franco, em Belém: por enquanto, nem a crise internacional deve atrapalhar a atividade*

SONHO DA CASA PRÓPRIA COMANDA O "BOOM"

a mudar. Os prédios não são mais restritos à capital. A Marko Engenharia, por exemplo, inaugurou recentemente o primeiro prédio com 17 andares no município de Paragominas.

Fora o crescimento do setor imobiliário, há investimentos em obras públicas previstas para este final de 2008 e 2009. Na área industrial, mais cifras. São esperados pelo menos US\$ 40 bilhões apenas de investimentos na área de mineração. Já nas obras públicas, apenas em obras de saneamento, abastecimento de água e habitação, está prevista a injeção de outros R\$ 532 milhões nos próximos meses. A informação e detalhes dos investimentos estão publicados no site do governo do Estado e contempla Belém, Marituba, Castanhal, Marabá e Santarém. ►

Esse "boom" da construção se deve a alguns fatores principais: o déficit habitacional, a chegada de grandes empresas e sua associação com empresas locais, prazos maiores, confiança no mercado, obras públicas e investimentos de outros setores, como a indústria e agropecuária, que criou uma demanda por residenciais na capital e no interior do estado. "É um conjunto de fatores que, somados, acabaram por gerar esse momento e o tanto de canteiros de obras que a gente vê espalhados por toda a cidade e no Pará", afirma Manoel Pereira.

Segundo a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-PA), o aumento da renda da população também gerou maior confiança no consumidor, que partiu em busca de garantir a casa própria. "Outro fator que também explica esse crescimento é o aumento da massa salarial em todo o país. Essa tendência de crescimento do mercado vem se observando desde 2006. Estimamos, por vivência de mercado, que hoje temos em Belém uns 150 prédios em construção. Desta forma, teremos, em média, 6 mil apartamentos em produção, mais os lotes urbanizados em áreas afastadas", analisa Edson Guerreiro dos Reis, diretor executivo da Ademi-PA.

CRISE ASSUSTA, MAS NÃO ESFRIA ÂNIMOS

Nos últimos meses, boa parte dos jornais tem reservado espaços nobres para falar sobre a crise financeira internacional. Índices da Bolsa de Valores num frenético sobe-e-desce e insegurança quanto a novos investimentos. Os mais pessimistas apontam para uma recessão sem precedentes. Seja qual for a visão da crise, ela está aí e as empresas estão se ajustando (ver matéria na página 24).

Mesmo com a crise, a construção civil não deve ser atingida. Afinal, a Vale, por exemplo, anunciou que não irá cortar seus investimentos no país, justamente por ter uma reserva que permite continuar a expansão dos projetos. Isso já gera um otimismo no setor industrial, que deve se manter aquecido. Já na área imobiliária, o pensamento positivo é o mesmo: a crise não chega por aqui. "Temos razões fortes para acreditar que a crise financeira não vai chegar aqui. Não, pelo menos, em nosso setor", afirma Ricardo Lobo, presidente da Ademi.

Apesar do otimismo, é preciso ser precavido e estar atento ao sobe-e-desce da Bolsa. "O crescimento este ano vinha bem acelerado. No entanto, agora no último trimestre, com o agravamento da crise financeira internacional, fala-se em diminuição do crescimento, especialmente para o ano que vem", analisa Paulo Machado, diretor executivo da Leal Moreira, uma das grandes construtoras do estado. "É verdade que, se houver forte restrição ao crédito, tanto a produção quanto o consumo de imóveis ficará mais caro e difícil, o que poderá acarretar uma menor demanda e um menor ritmo de crescimento."

Porém, para alívio dos empresários e consumidores, essa restrição não deve ocorrer. Ao menos é o que afirma a Caixa Econômica, principal financiadora na área imobiliária do país. "A habitação realmente tem sido uma coisa extraordinária. Apenas em setembro tivemos a aplicação de R\$ 16 bilhões, com mais de 350 mil unidades já financiadas nesse ano, em todo o país", afirma a superintendente regional da Caixa no Pará, Noêmia Sousa Jacob. A segurança da Caixa vem em boa parte da captação recorde da poupança, que já bateu a meta deste ano de R\$ 8,5 bilhões.



BUJICE PINTO/AG PA

• *Construção e pavimentação de trecho da Rodovia Transamazônica (BR-230), entre os municípios de Altamira e Medicilândia: obras públicas animam o setor*

CONSTRUINDO PARCERIAS

Além do SENAI, o Sinduscon também rumou no sentido da qualificação. Funciona há cinco anos o Projeto Construir, que já capacitou mais de 5,4 mil trabalhadores em todo o Pará. Entre os objetivos do projeto também está a alfabetização de operários que trabalham na sobras da construção civil, com 362 alunos atendidos.

Dos cursos oferecidos, os mais procurados são MS Project – um programa de computador usado para aplicar cálculos usados pelo setor em obras - gerenciamento de obras e construção enxuta. "Os cursos são oferecidos com programação estabelecida pelos gestores do projeto, que já possui 265 empresas atendidas. As ações atendem a realidade do mercado, com cronograma previamente definido", explica Eliana Veloso, gestora do projeto Construir. Outro ponto positivo do projeto é que a maioria dos investimentos para a realização dos cursos e consultorias são feitos através de convênio entre o Sinduscon e o SEBRAE. "Outras parcerias permitem que alguns serviços, como seminários, sejam gratuitos. Já os serviços pagos são oferecidos com um valor bem abaixo do valor de mercado", completa.

O Projeto também monta um banco de currículos de trabalhadores para facilitar a troca de informações. Atualmente, o banco conta com 1.676 cadastros. "Este banco tem uma função social ao capacitar o trabalhador e deixá-lo mais preparado para as oportunidades do mercado", avalia Eliana.

Os cursos do Projeto Construir custam em média R\$ 70, são pagos pelas construtoras e têm carga horária que varia de 20 a 60 horas. Cada turma reúne cerca de 20 participantes. Dez por cento das vagas destinam-se a trabalhadores desempregados.

DEMANDA FORÇA QUALIFICAÇÃO

HÁ VAGAS

Os números confirmam que a construção civil é um dos setores que mais emprega no estado. O setor paraense é o que teve maior salto na contratação de trabalhadores na região Norte nos últimos doze meses, com mais de 44 mil contra pouco mais de 17 mil do Amazonas.

ESTADOS	ADMITIDOS	DEMITIDOS	SALDO	VARIAÇÃO
 AMAPÁ	3.442	3.985	-543	-13,66%
 TOCANTINS	16.027	14.542	1.485	9,36%
 RORAIMA	2.711	2.253	458	10,84%
 RONDÔNIA	9.053	8.230	823	11,14%
 PARÁ	44.780	40.147	4.633	11,33%
 AMAZONAS	17.453	14.692	2.761	11,78%
 ACRE	3.856	3.317	539	12,61%
TOTAL	97.322	87.166	10.156	10,15%

Fonte: Ministério do Trabalho - CAGED, Sistematização e Análise DIEESE/PA. Dados de setembro de 2007 a agosto de 2008

Na indústria, um dos maiores desafios é a falta de mão-de-obra. Currículo tem de sobra, mas a maioria sem a qualificação necessária. Do pedreiro ao engenheiro: para entrar no mercado de trabalho, qualquer profissional precisa estar por dentro das novas técnicas e familiarizado com o que vai se pedir. A pressão aumenta a medida em que o setor requer cada vez mais trabalhadores. "A construção é o segundo melhor setor gerador de empregos no Pará e só perde para o extrativo mineral", aponta Roberto Sena, do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas).

A demanda já existe e a qualificação tornou-se um dos maiores desafios para que essa oferta de mão-de-obra seja bem paraense. Para superar esse desafio, o setor produtivo tem investido pesado. A parceria entre a iniciativa privada e o governo vem facilitando esse processo. "No âmbito estadual, desenvolvemos o projeto Bolsa Trabalho, que oferece diversos cursos a 2.115 pessoas, realizado em parceria com o governo do Estado, através da Secretaria de Trabalho e Renda (Seter). Também temos uma parceria com o Exército para qualificar soldados que deixam a farda e buscam a inserção no mercado de trabalho", explica Dário Lemos, diretor de gestão do SENAI-PA.

Um dos beneficiados foi o jovem Alex Passos, de 19 anos. Há quase um ano ele é do contingente de soldados do Exército lotados em Belém. Durante um mês, a rotina foi alterada: divide as tarefas do quartel com as aulas no SENAI. O curso de bombeiro hidráulico ocorria de segunda a sexta, durante um mês, de forma intensiva.

No final deste ano o Exército aponta os jovens que continuam no quadro ou fazem a dispensa. Com o curso, o SENAI e o Exército deram a Alex e a outros soldados uma espécie de garantia. "Aprendi muito e com certeza estou mais tranquilo para quando chegar o final de ano. Caso não continue aqui, o Exército me garantiu uma qualificação. Assim sei que posso conseguir uma oportunidade com esse curso no meu currículo", afirma Alex, que tem o ensino médio completo. ■

• O soldado Alex Passos foi um dos concluintes do curso de bombeiro hidráulico: "Sei que posso conseguir uma oportunidade com esse curso no currículo"

Frutas da Amazônia para o mundo

CIN lança programa para impulsionar a fruticultura paraense. Meta é fazer com que as empresas aumentem a participação dos seus produtos no mercado internacional

Há quase 70 anos as frutas brasileiras, empilhadas na cabeça de uma “pequena notável” Carmen Miranda, ajudaram a vender o Brasil e a brasilidade em terras estrangeiras. Aquele foi o primeiro grande momento da internacionalização dos frutos tropicais. Com a expectativa de que o sabor, as cores e o aroma - típicos da flora amazônica - reconquistem o mercado internacional, o CIN (Centro Internacional de Negócios), da FIEPA Federação das Indústrias do Estado do Pará), deu início ao Exporta CIN, programa que incentivará a exportação do fruto paraense.

O Exporta CIN visa identificar oportunidades comerciais e dar condições às empresas para que seus produtos cheguem até o mercado internacional, promovendo a continuidade nas negociações com o exterior. Além disso, o programa também sinaliza as necessidades de melhoria na empresa ou no produto, no caso os sucos de fruta.

Segundo o coordenador do CIN, Luiz Carlos Monteiro, o programa resolveu focar na fruticultura por três condicionantes: a falta de investimentos públicos para o setor, a experiência das empresas de sucos de frutas no processo de exportação e a variação positiva do produto nas exportações paraenses. “Se analisarmos os oito primeiros meses de 2007 a 2008 veremos uma variação positiva de 50%. A fruticultura vem crescendo, mas para que esse crescimento não seja passageiro, temos de investir na atividade. Esperamos que através do Exporta CIN, a exportação dos nossos

produtos se consolide, alavancando o desenvolvimento do nosso estado”, diz o coordenador do CIN.

Atualmente, os sucos de frutas têm uma participação de apenas 0,20% nas exportações paraenses. De acordo com dados da Balança Comercial do CIN-FIEPA, de janeiro a outubro de 2008, o mercado das frutas faturou pouco mais de US\$ 17 milhões. “Temos um potencial muito grande para o mercado internacional, mas ainda exportamos pouco. Um dos principais motivos que explicam a baixa exportação é a falta de investimentos do setor público no ramo das frutas”, avalia a presidente do Sindicato da Indústria de Frutas e Derivados do Estado do Pará (Sindifrut) e diretora executiva da SUCASA – Sucos da Amazônia, Solange Mota.

A presidente do Sindifrut alerta para a inexistência de uma política de incentivos voltada para o segmento da fruticultura, o que, segundo ela, “freia o desenvolvimento do setor e afasta a possibilidade de uma maior verticalização no processo dos sucos de frutas regionais”. Com o processo de verticalização da fruticultura, o setor dobraria a demanda por mão-de-obra, criando novos postos de trabalho, além de enraizar os lucros da produtividade na região de onde

são extraídas as frutas. “Nossa mão-de-obra é composta principalmente por membros da agricultura familiar. Sem a atividade da fruticultura, essas pessoas dificilmente estariam no mercado de trabalho, já que a maioria não tem nenhuma qualificação”, afirma Solange. ▶



“Temos um potencial muito grande para o mercado internacional, mas ainda exportamos pouco. A falta de investimentos do setor público prejudica.”

Solange Mota, presidente do Sindifrut



PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Somente nos dez primeiros meses de 2008, o mercado da fruticultura paraense faturou pouco mais de US\$ 17 milhões. Mais de 70% desse montante são provenientes do mercado norte-americano, principal importador dos sucos de frutas regionais, em especial o açaí. O fruto típico da região vem sendo utilizado no segmento de produtos farmacêuticos, fragrâncias e alimentos. “Os Estados Unidos continuam sendo o nosso principal mercado consumidor, atrás dele temos a Holanda e o Japão. Através do Exporta CIN esperamos expandir e diversificar mais esse mercado”, justifica Solange Mota.

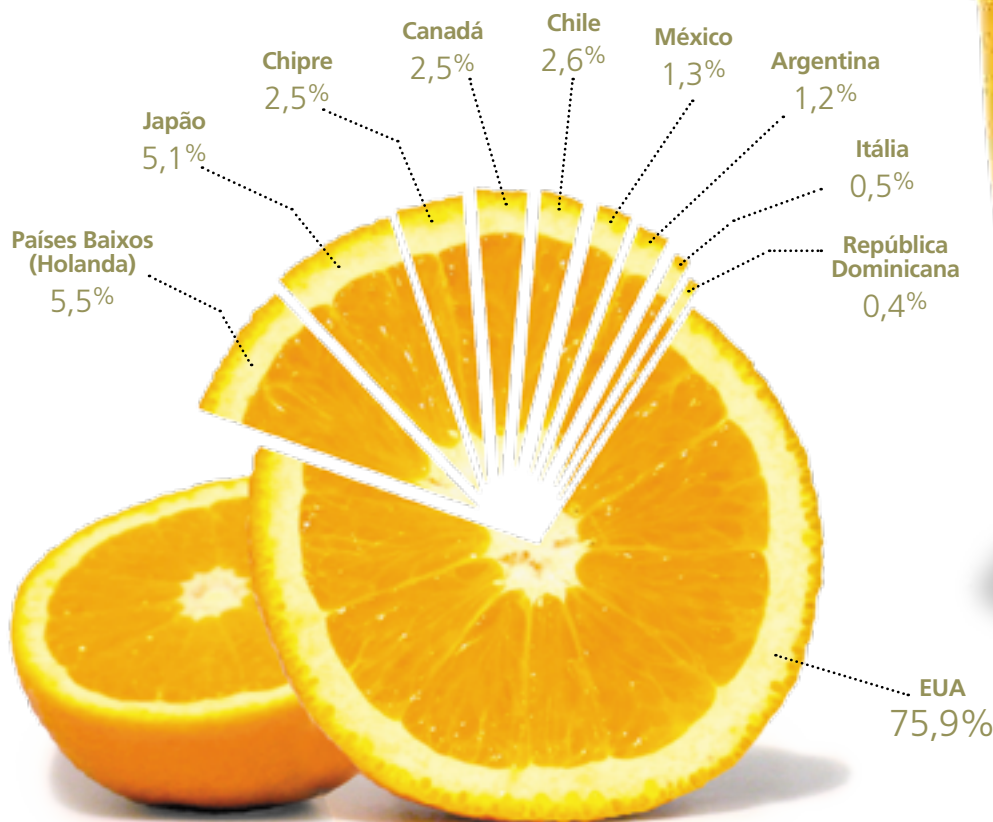
Para que este novo mercado internacional se consolide, o diretor executivo da TOP Açaí, empresa produtora da polpa de açaí, Herbert Levy, aponta o apoio dos governos federal e estadual como fundamental no processo de internacionalização da fruticultura paraense. Segundo o empresário, a maioria dos cerca de 80 micros e pequenos empresários que fazem parte do Arranjo Produtivo Local (APL) de Processamento de Frutas de Belém não teria condições de se lançar no mercado externo apenas por conta própria.

“Precisamos aproveitar o momento para estabelecer uma parceria entre empresas, associação de classes e governos a fim de viabilizar a expansão do açaí no mercado internacional. Mas, para isso, é preciso estabelecer diretrizes para a expansão do açaí no mercado externo”, explica.

Dentre as diretrizes, Herbert Levy sugere a inovação tecnológica da cadeia produtiva da polpa de frutas, e a elaboração de uma política de incentivos específica para o setor da fruticultura. “Para aumentar a produção e a oferta doméstica de açaí é preciso que o Governo Federal estude e implante formas eficientes que assegurem o acesso aos fundos constitucionais existentes para investimento em produção, estocagem e maquinaria.”

OS "PAPA-SUCO" DO PARÁ

Os Estados Unidos são, disparados, o mercado que mais consome os sucos de frutas produzidos em solo paraense. Veja abaixo os outros países que se destacam como compradores das delícias da região.



Período: janeiro a outubro de 2007 e 2008
Fonte: Sistema ALICE/SECEX - 15/10/2008
Elaboração: FIEPA/CIN - 2008

AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO LOCAL

Além de trabalhar o mercado internacional, o Exporta CIN pretende incentivar a agregação de valor ao produto paraense. Dividido em sete fases, o programa dará às empresas exportadoras a possibilidade de se adequarem aos padrões e exigências internacionais. “Através da adequação do produto para a sua entrada no exterior, esperamos que, aos poucos, as empresas optem pela verticalização do processo. Assim teremos uma maior estabilidade do mercado”, explica o gerente do CIN, Raul Tavares.

Para ajudar o CIN-FIEPA nesta empreitada, o programa Exporta CIN conta também com a parceria do SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). A instituição atuará diretamente no processo de garantia da excelência dos produtos a serem exportados, possibilitando aos empresários a verticalização da produção.

“Ao investir na internacionalização dos produtos paraenses, estamos também contribuindo para a competitividade no mercado local, dando possibilidade para que nossos empresários tenham acesso às novas

tecnologias de produção, além de aperfeiçoar os métodos de produção e controle de qualidade”, avalia o diretor técnico do SEBRAE, Cláudio Ribeiro.

De acordo com dados do Sindifrutas, enquanto os americanos pagam US\$ 3 pelo quilo da polpa do açaí, o produto não é revendido no mercado externo por menos de US\$ 20. Esta alta valoração do produto no exterior é consequência do moderno processo de industrialização que envolve pesquisa e tecnologia de ponta.

“Precisamos inverter essa lógica. O produto é extraído no Pará e é aqui que ele deverá ser beneficiado. Se conseguirmos inserir no processo produtivo a agregação de valor, daremos um salto no segmento da fruticultura paraense”, conclui Solange Mota. ■

SERVIÇO

Quem quiser informações sobre o Exporta CIN pode procurar o Centro Internacional de Negócios, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará, que fica na Travessa Quintino Bocaiuva, 1588, bairro de Nazaré, em Belém. Os contatos são: (91) 4009-4999 ou cassandra@fiepa.org.br.

UMA SALA COM MAIS DE 2 MILHÕES DE ALUNOS

Amparados pelas facilidades da tecnologia, cursos de e-learning se propagam Brasil a fora e quebram as barreiras impostas pela distância e correria do dia-a-dia

Pode parecer estranho imaginar uma sala de aula com mais de 2,5 milhões de alunos dentro ao mesmo tempo. Seria como se de repente todos os fiéis do Círio de Nazaré sentassem no chão, fizessem silêncio e acompanhassem uma aula qualquer. Como ainda não existe projeto de se fazer isso, e nem galpões com tanto espaço para esse número de gente, só uma modalidade de ensino é capaz de reunir tanta gente e ainda ter a expectativa de crescimento: a educação online.

O Ministério da Educação estima que esse número possa crescer ainda mais, já que foram aprovados mais 255 cursos em 155 instituições diferentes em educação à distância. Em um estado como o Pará, de grandes dimensões e certa dificuldade de cursos chegarem a localidades do interior, uma boa saída pode ser a oferta de cursos online, que tem curta duração, podem facilitar – e muito – o gerenciamento de uma empresa e ainda qualificar os colaboradores. E as opções de cursos vão desde as aulinhas de inglês até cursos de pós-graduação.

“Assim como aconteceu com a televisão, o computador vai ser cada vez mais comum nos lares. Agora, um dos nossos desafios é trabalhar para aumentar, com custos mais baixos, o número de computadores ligados à internet nas escolas”, observa Marcos Resende, diretor da Associação Brasileira de Educação à Distância (Abedi).

E os números comprovam que o crescimento não é nada virtual, e sim real. O número de alunos matriculados no país em cursos credenciados do ensino à distância em 2007 cresceu quase 25% em relação ao ano anterior.

A quarta edição do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e à Distância de 2008 (AbraEAD) revela que entre os cursos corporativos, a educação online já é realidade em 97% das empresas pesquisadas. O

número de cursos superiores de educação à distância no Brasil apresentou um crescimento de 571% entre 2003 e 2006, segundo pesquisa divulgada pelo Censo da Educação Superior.

Já em relação ao número de estudantes de educação à distância no país, mais crescimento: eram 49 mil em 2003 e em 2006 passou para 207 mil, o que corresponde a 315% de crescimento.

Segundo entrevista do secretário nacional de Educação à Distância, Carlos Bielschowsky, para o site do Ministério da Educação, o crescimento dos cursos à distância é justificado pela evolução tecnológica dos últimos anos e pelo aumento da credibilidade desse método de ensino. “O Enade (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes) demonstrou que os alunos de cursos à distância vão tão bem quantos os de cursos presenciais, sendo que, em alguns casos, o desempenho foi melhor”, explica o Secretário.

“Hoje, o profissional está em São Paulo, amanhã no Rio, Brasília ou Madrid. O destino diversificado e a agenda lotada de compromissos dos profissionais do mundo globalizado de hoje nem sempre permitem que as pessoas se capacitem da forma tradicional em salas de aulas convencionais, com local e horários

fixos”, avalia o diretor executivo do FGV Online, Stavros Xanthopoulos.

“Esse fenômeno leva muitos profissionais a optar pelo e-learning na hora de escolher um curso. A tendência é que, no Brasil – e em todo mundo – o ensino à distância cresça cada vez mais. As novas tecnologias podem e devem ser usadas a serviço da disseminação do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo dos profissionais e das organizações.”

As aulas de e-learning são realizadas por internet, vídeo conferência ou via satélite. Os alunos estão sempre em contato online com professores e têm acesso a todo material necessário para o aprendizado. Em alguns cursos, o aluno tem em casa o material didático e um CD com o mesmo conteúdo. Além disso, pode ser oferecida uma versão no ambiente virtual, para ser baixada no site, onde o acesso é garantido por login e senha. Assim, é o aluno que escolhe de que forma vai estudar, onde, quando e como quiser. ■



ARTE: CALAZANS SOUZA

Pioneirismo em ações ambientais

Parceria entre Alcoa, ONGs e governo fortalece gestão ambiental e garante preservação da biodiversidade em unidades de conservação do Pará

Um amplo projeto de desenvolvimento sustentável vem sendo executado pela Alcoa em Juruti, a 848 km de Belém, no oeste do Pará, em decorrência da implantação de uma mina de bauxita no município – o minério é matéria-prima para a produção do alumínio. Além da mina e das instalações de beneficiamento da bauxita, que ficam a 60 km do centro urbano de Juruti, também está sendo construído um Terminal Portuário, margeado no Rio Amazonas, a 2 km da cidade, e uma Ferrovia de 55 km de extensão. As obras de intra-estrutura estão em fase final. Até meados de 2009 a mina entrará em operação.

Líder mundial na produção de alumínio e pioneira neste setor – atua desde 1º de outubro de 1988 –, a Alcoa pretende implantar em Juruti um empreendimento modelo, baseando suas ações em três pilares de sustentação: sucesso econômico, excelência ambiental e responsabilidade social. Por estar na região amazônica, esses pilares se tornam ainda mais fortes, especialmente em relação aos cuidados socioambientais.

Um exemplo de responsabilidade socioambiental é a participação da Alcoa no Programa de Apoio à Conservação da Biodiversidade da Amazônia, lançado em 2006 e que terá a duração de cinco anos. Além disso, a Alcoa foi pioneira na implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio de um Termo de Compromisso com a Secretaria de Estado Meio Ambiente (Sema).

O Programa de Apoio à Conservação da Biodiversidade da Amazônia é resultado de uma parceria com a ONG Conservação Internacional (CI-Brasil) e integra o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), do Ministério do Meio Ambiente. Inicialmente, os trabalhos têm foco sobre a conservação do Parque Nacional da Amazônia (Parna), localizado em Itaituba, município paraense distante 900 km de Belém.

Em três anos, o apoio ao Parna gerou R\$ 540 mil em investimentos para um amplo programa que envolveu ações de levantamento da fauna e flora no Parque, reestruturação do conselho consultivo e aquisição de equipamentos de geoprocessamento.

FOTOS: CHRISTIAN KNEPPER

INICIATIVAS BENEFICIAM COMUNIDADES

O apoio ao Parna envolveu, além das estruturas de visitação do local, ações de comunicação e educação ambiental para promover a aproximação da população local com o Parque - através de atividades de capacitação -, produção de material didático e mobilização de lideranças comunitárias, educadores, comunicadores, gestores públicos e outros atores locais.

A própria criação da Associação dos Amigos do Parque Nacional da Amazônia (Amiparna) é um dos resultados mais importantes desta parceria. “Hoje a população local conhece o parque e o comprometimento da sociedade está cada vez maior com ele”, assegura a presidente da Amiparna, Maria Lúcia dos Santos. Moradores locais já foram capacitados para atuar como guias do Parque.

José Maria Cardoso da Silva, vice-presidente da América do Sul da Conservação Internacional, diz que a parceria com a Alcoa não foi por acaso. “O interessante é que a iniciativa de se juntar à CI-Brasil foi da própria Alcoa, o que para nós foi muito bem recebido em virtude do histórico da empresa em relação à questão ambiental.”



• O Parque Nacional da Amazônia, localizado em Itaituba, já recebeu R\$ 540 mil em investimentos por meio do Proecotur

Corredor da biodiversidade da Amazônia

Por meio do “Programa de Apoio à Conservação da Biodiversidade da Amazônia” serão consideradas quatro unidades de conservação prioritárias para investimentos: Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Parque Nacional da Amazônia, Floresta Nacional do Pau Rosa e Floresta Nacional de Amaná. Essas unidades estão praticamente conectadas entre si e formam o núcleo de um novo “Corredor de Biodiversidade na Amazônia”, com quase 10 milhões de hectares, distribuídos entre os municípios de Juruti, Santarém, Aveiro, Itaituba e Maués (AM).

Com recursos da ordem de R\$ 2 milhões, oriundos da Alcoa, Fundação Alcoa e CI-Brasil, pretende-se colaborar com a implementação de unidades de conservação na região. Nesse período, o investimento previsto é de R\$ 400 mil anuais, advindos de aportes dos parceiros, sendo que o programa continua aberto a contribuições de outras instituições. De acordo com estudos de referência, a estratégia do Programa é indicada como uma das mais eficientes para proteger a biodiversidade e conter o desmatamento em áreas de grande dinâmica social e econômica. Mas o Programa pretende ir bem mais longe. A idéia é, até 2012, criar um fundo no valor estimado de R\$ 60 milhões para proteger e viabilizar o funcionamento das unidades de conservação na região onde se insere o Parna.

Segundo Mauricio Macedo, gerente de Sustentabilidade e Assuntos Institucionais da Alcoa Mina de Juruti, a implementação efetiva das unidades de conservação é um dos maiores legados que a companhia poderá deixar para a sociedade amazônica. ■

EMPRESA-PILOTO EM COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Com o acordo estabelecido entre a Sema e a Alcoa, o Pará inaugurou uma nova metodologia de gestão ambiental que também ajudará no fortalecimento de unidades de conservação. Para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Alcoa repassou ao governo do Estado mais de R\$ 25 milhões em compensação ambiental. Com essa medida, o Pará é o primeiro Estado a regulamentar uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que institui a metodologia gradativa de compensação ambiental para apoiar unidades de conservação. Na mesma via, a Alcoa figura com a empresa-piloto na aplicação da nova metodologia de contribuições ao SNUC, que é uma exigência legal em compensação ambiental.

Por lei, o percentual de cobrança é de, no mínimo 0,5% do valor global do empreendimento. O termo de compromisso assinado entre a Sema e a Alcoa, entretanto, destinou o percentual de 1,57% do empreendimento orçado em R\$ 1,7 bilhão. “Prevaleceu a disposição da empresa em participar como piloto, tanto na fase de revisão como no ajuste da metodologia”, afirma Valmir Ortega, secretário de Estado de Meio Ambiente.

Desenvolvimento industrial em pauta

3º ENAI aponta medidas para que o Brasil resolva os entraves ao desenvolvimento da indústria e não tropece nas próprias pernas, como a falta de regulamentação da terceirização

FOTOS: YURI AGE

No ano em que comemora 70 anos de criação, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) convocou as 27 federações das indústrias de todo o país para discutir os principais entraves para o desenvolvimento do setor. O 3º ENAI (Encontro Nacional da Indústria), que ocorreu no último mês de setembro, em Brasília, reuniu empresários de todas as regiões do Brasil para debater sobre questões tributárias, trabalhistas, de infra-estrutura e ambientais. Além de diretores e do presidente da FIEPA (Federação da Indústria do Estado do Pará), José Conrado, 11 presidentes de sindicatos fizeram parte da comitiva que foi ao encontro defender os interesses do empresariado paraense.

“No começo deste último semestre a federação promoveu o encontro estadual, que reuniu os líderes sindicais para discutir e propor alternativas para o desenvolvimento da indústria no Pará. Do encontro saíram algumas sugestões, as quais foram encaminhadas à CNI e deverão ser consideradas para a elaboração de uma proposta única das indústrias de todo o Brasil”, explica José Conrado.

As recomendações dos empresários paraenses e de mais de mil dirigentes sindicais empresariais de todo o país foram avaliadas e inseridas na Carta da Indústria, documento lido na íntegra ao final do ENAI



“O Brasil pode aumentar a sua capacidade de enfrentar as atuais turbulências avançando na agenda de soluções para os problemas identificados.”

Armando Monteiro Neto, presidente da CNI

pelo presidente da CNI e deputado federal Armando Monteiro Neto. O documento aponta alternativas para que o Brasil aproveite esse momento de instabilidade econômica mundial e se estabeleça como uma nova potência do século 21. “O Brasil pode aumentar a sua capacidade de enfrentar as atuais turbulências avançando na agenda de soluções para os problemas identificados”, disse o presidente da CNI.

A Carta da Indústria sugere uma Agenda Positiva e indica cinco ações emergenciais para o Brasil enfrentar a escassez de crédito e as turbulências externas. A ampliação do prazo de recolhimento dos tributos, a redução das alíquotas do Imposto sobre Operação Financeira (IOF) e a adequação dos instrumentos oficiais de financiamento para exportação às necessidades das empresas são alguns dos itens inseridos no documento.

“O encontro tem como objetivo a atualização da Agenda da Indústria. É neste momento que avaliamos as sugestões de todas as federações do país para o crescimento do setor industrial brasileiro”, disse o diretor-executivo da CNI, José Augusto Fernandes. Das sugestões



“O Brasil precisa da terceirização para estar em condições de igualdade, mas para isso não podemos precarizar a atividade”

Luiz Antonio Medeiros, secretário nacional de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego



• Diretores da FIEPA e presidentes de sindicatos participaram do encontro em Brasília

foram identificadas 15 prioridades, as quais foram divididas em seis áreas: meio ambiente, política econômica, infra-estrutura, micro e pequenas empresas, relações de trabalho e tributação.

Reforma trabalhista

Um das áreas que mais recebeu atenção dos empresários brasileiros foi a de Relações de Trabalho. Para a maioria dos participantes do ENAI, é preciso aperfeiçoar a legislação de modo a garantir proteção e condições dignas ao trabalhador e segurança jurídica às empresas. “Precisamos de uma grande reforma trabalhista. Ainda não chegamos num entendimento entre trabalhadores e empresários. A terceirização é um

exemplo desta falta de regulamentação. Por que a Nike pode terceirizar quase todos os seus serviços e a Vale não pode? O Brasil precisa da terceirização para estar em condições de igualdade, mas para isso não podemos precarizar a atividade”, avalia o secretário nacional de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Antonio Medeiros. Sobre o tema, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Wantuil Abdala criticou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). “A área que mais cresce no país é a área de serviços, mas não temos nenhuma lei que regule sobre a questão.”

Atualmente, a terceirização é possível graças a uma admissão por

parte do TST para a contratação de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. Fora este caso, a legislação permite a contratação em situação de trabalho temporário ou como prestação de serviços de vigilância e transporte de valores.

Para tentar solucionar o problema da terceirização, o setor industrial formatou algumas recomendações ao poder público. A promoção da regulamentação urgente e a permissão da terceirização de serviços de qualquer atividade da contratante - sem a distinção entre atividade meio-fim - foram as duas indicações da indústria brasileira.

Além da terceirização, outro assunto que ganhou destaque no encontro foi a rotatividade dos trabalhadores, incentivada por alguns ganhos trabalhistas. De acordo com os empresários, a combinação das regras do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) com as do seguro-desemprego tem induzido à elevação da rotatividade, causando a perda de produtividade e despesas para as empresas e para os cofres públicos.

“É preciso estabelecer o aviso prévio proporcional ao tempo de empresa. Assim faremos com que alguns oportunistas pensem antes de deixar seus empregos somente com o objetivo de conseguir os bônus da demissão”, sinalizou o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da FIEPA, Nilson Azevedo. Sugestões para o crescimento do país. ■

Educação a serviço da auto-estima do trabalhador

Com a oferta de cursos básicos a jovens e adultos, Programa SESI Educação do Trabalhador renova perspectivas de funcionários da indústria paraense

O mercado de trabalho está em constante transformação. A globalização, os avanços tecnológicos e os novos modelos de gestão têm provocado significativas mudanças no setor industrial brasileiro. E onde há mudanças, há exigências de adequação, especialmente na indústria, que vem exigindo cada vez mais profissionais melhores capacitados e atualizados. E é por isso que o SESI-PA (Serviço Social da Indústria do Pará) vem ao longo dos anos aumentando os seus investimentos em educação, contribuindo assim para a elevação da escolaridade do trabalhador da indústria. Um exemplo disso é o Programa SESI Educação do Trabalhador, que representa uma proposta educacional que supera o modelo escolar convencional, já que é voltando à formação geral e básica do trabalhador jovem e adulto, capaz de integrá-lo em novas situações, tomar decisões, interpretar informações e comunicar-se melhor, tanto de forma verbal como escrita.

Nos últimos dois anos, o SESI contabilizou a parceria de mais de 20 empresas industriais, dos mais variados ramos de negócio. Somente em 2008, mais de 3,7 mil trabalhadores da indústria foram atendidos. E no período de 2005 a 2007, um total de 15.914 trabalhadores da indústria e seus dependentes também foram atendidos pelo programa do SESI no Pará. Destes, cerca de 80% conseguem concluir os seus estudos. Segundo o superintendente regional do SESI-PA, José Olímpio Bastos, a meta é aumentar cada vez mais o atendimento ao trabalhador da indústria. “O SESI está oferecendo cursos de conclusão dos ensinos fundamental e médio feitos especialmente para o trabalhador da indústria. É o nosso trabalho dar novas oportunidades dele subir na vida, e sabemos que isso só é possível com mais estudo”, explica.

De acordo com a supervisora pedagógica do SESI, Irys dos Santos, o Programa SESI Educação do Trabalhador, que busca facilitar o acesso e a permanência do aluno-trabalhador em atividades educativas, é desenvolvido de forma descentralizada, ou





• *Juarez Souza e Adalberto Mendonça (no alto) e os alunos-trabalhadores em sala de aula: parceria entre SESI e indústrias dá novas oportunidades para subir na vida*

seja, dentro da própria empresa industrial, instituições comunitárias ou mesmo nas escolas da Rede SESI de Educação. “A maioria dos nossos alunos parou de estudar há muito tempo, e por conta disso acaba resistindo a retornar à escola. Para estimularmos a se prepararem melhor, concluindo assim os seus estudos, levamos a escola até eles”, destaca Irys.

No último mês de outubro, 18 trabalhadores da construtora paraense Marko Engenharia, que não eram alfabetizados ou eram semi-analfabetos, concluíram o ensino fundamental, reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação, através do Programa SESI Educação do Trabalhador. De acordo com a diretora de Recursos Humanos da Marko Engenharia, Andrea Rezende, antes de a empresa investir na educação dos seus colaboradores, foram realizadas provas internas entre os funcionários. O resultado: 28 funcionários da empresa eram semi-analfabetos e dois eram totalmente analfabetos no ano de 2005. “Quando descobrimos essa ▶



MARCELO LEUS

“A Sococo tem o SESI como o seu principal parceiro quando tratamos da qualidade de vida dos nossos trabalhadores.”

Rosa Helena Souza, gerente de produção da Sococo

deficiência entre nossos colaboradores, decidimos implantar o programa ‘Educação no Canteiro’, e a partir dele, montamos salas de aula no canteiro de nossas obras com toda a infra-estrutura necessária, com carteiras escolares, quadro magnético, TV e vídeo”, salienta Andrea. Ainda de acordo com ela,

o investimento em responsabilidade social por meio do “Educação no Canteiro” rendeu bons frutos. “Com a educação eles têm inúmeros benefícios. Além de mais qualificados e preparados para o mercado de trabalho, o aprendizado os deixa mais seguros na hora de expor suas idéias e o trabalho que estão realizando.”

A gerente de educação do SESI, Darlene Costa, destaca que o Programa SESI Educação do Trabalhador estimula a força de vontade dos alunos-trabalhadores e a responsabilidade social das empresas. “Quando formados, os alunos dão o exemplo de que, com dedicação, podem conseguir seus objetivos. É bom para todos: para o SESI, que cumpre o seu papel de fomentar a capacitação de profissionais; para as empresas, que valorizam o trabalhador; e, principalmente, para os trabalhadores, que ganham conhecimento.”

Um exemplo na prática é o auxiliar de produção da empresa industrial Sococo, Juarez Souza de Melo, de 33 anos. “Quando resolvi me mudar para Belém, há cerca de 10 anos, vim a convite de um amigo, também maranhense, que me dizia que a cidade era boa para se arrumar emprego, no entanto, para mim foi muito mais difícil, pois não tinha concluído meus estudos como ele”, comenta Juarez, que é maranhense, da cidade de Maracassumé. Ele conta que passou dois anos e meio sem emprego e sem perspectiva para conseguir um trabalho, até aparecer uma oportunidade na Sococo. “A empresa tem uma grande importância na minha vida, pois além de ser contratado, ainda me estimularam a concluir meus estudos através do curso do SESI. Não pensei duas vezes em aceitar. Hoje estou mais feliz, ganhando melhor e ajudando mais a minha família.” ■

CONHECIMENTO TAMBÉM GARANTE QUALIDADE DE VIDA

A Sococo, que aderiu ao Programa SESI Educação do Trabalhador no ano 2000, recentemente formou a sua segunda turma, ambas nos ensinos fundamental e médio, elevando a escolaridade de cerca de 40 colaboradores. “A Sococo tem o SESI como o seu principal parceiro quando tratamos da qualidade de vida dos nossos trabalhadores. Seja no lazer ou na educação, prezamos pelo melhor para todos”, aponta a gerente de produção da empresa, Rosa Helena Souza.

Quando acompanhou a formação da primeira turma da Sococo, o encarregado do setor de autoclaves da empresa, Adalberto Mendonça, de 37 anos, se sentia incapaz de voltar a estudar. “Eu estava há mais de 14 anos parado e, por isso, fiquei meio receoso em voltar às aulas. No entanto, percebia que o curso estava ajudando de verdade meus colegas de trabalho, então me interessei, só que já era tarde. Não podia entrar com o curso iniciado, tive que aguardar uma nova turma”, conta Adalberto. “Assim que abriram as inscrições para uma nova turma, agarrei na hora esta nova oportunidade. Concluir meus estudos era um sonho que parecia estar muito distante da minha realidade. Depois que concluí primeiro o ensino fundamental, as coisas começaram a mudar para melhor na minha vida. Ganhei mais conhecimento e autoconfiança, cheguei ao ensino médio mais disposto e determinado a concluir pois tinha fé que a educação renderia bons frutos. Com 18 anos trabalhando na Sococo, antes eu era operador de máquinas e hoje já estou um pouco melhor posicionado na empresa”, completa.

“Um dos grandes gargalos do setor industrial paraense é a falta de profissionais melhores qualificados nas indústrias, e o SESI busca estimular o empresário para que ele invista na qualidade de vida e de trabalho do seu funcionário, pois essa iniciativa dará retorno lá na frente”, reforça o superintendente regional do SESI, José Olímpio Bastos. “Por meio da educação de qualidade, é possível oferecer aos trabalhadores envolvidos no processo produtivo competências básicas e específicas para que possam contribuir, em cada etapa, com a melhoria contínua da produção. Motivados, eles produzem mais e melhor.”



O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO PARÁ

A partir da determinação da governadora Ana Júlia de que o Pará não poderia prescindir do detalhamento do seu zoneamento ecológico-econômico, o assunto passou a compor a pauta de prioridades do governo. A iniciativa quer estabelecer a ação como um instrumento de superação do ciclo de agressões sociais e ambientais que, historicamente, assolam o território paraense, além de romper com um quadro de injustiças e inseguranças jurídicas e fundiárias.

Para o governo do Pará, o momento exige mais que admitir o problema: é preciso produzir ações concretas. Para isso, a Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos tem como objetivo transformar o ZEE do Pará em um sistema de informações socioambientais geograficamente referenciado, que sirva de apoio à tomada de decisões no que tange aos seus empreendimentos econômicos e políticas de uso sustentável dos recursos naturais.

Nesse sentido, a realização do ZEE do Pará vem sendo arquitetada a partir de uma agenda de trabalho baseada em ações consolidantes e democráticas, iniciadas pela construção de um arranjo institucional celebrado com diversas instâncias de governo e da sociedade civil. O ponto de partida foi a criação do Comitê Supervisor do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará (CZEE-PA), que agrega trabalhadores, empresários, representantes de comunidades tradicionais, indígenas, além dos governos estadual e federal. O grupo possui duas câmaras setoriais: uma delas é o Comitê Técnico Científico, que conta com a participação de 12 instituições de pesquisa, chamadas a opinar sobre o ZEE conduzido pelo governo estadual. Essa iniciativa valoriza e reconhece a importância dos pesquisadores da região, afirmando sua relevância na construção dos cenários futuros para a Amazônia, em particular no Pará.

Outra ação trata da alteração da escala de 1:1.000.000 do macrozoneamento do estado, que possibilita a elaboração e aprovação do projeto por regiões. Com essa abertura, o governo do Estado elaborou o anteprojeto de Lei que dispõe sobre o ZEE da Área de Influência das Rodovias BR-163 (a Cuiabá-Santarém) e BR-230 (a Transamazônica) no Pará - Zona Oeste, a ser encaminhado à

Assembleia Legislativa ainda no mês de outubro.

O ZEE tem início a partir de uma ação integrante do “Plano BR-163 Sustentável”, cuja área no Pará abrange 19 municípios, totalizando mais de 334.450 km². Geograficamente, essa área é superior, individualmente, aos estados de São Paulo e Tocantins, por exemplo. Sua condução coube à Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), por meio de um consórcio que aglutinou dez instituições públicas de pesquisa, envolvendo mais de 60 pesquisadores que executam, a partir da utilização dos mais modernos indicadores e tecnologias, os estudos que compõem o Plano de Gestão Territorial da área.

A expectativa é que, em 2008, já deva ocorrer a aprovação pela Assembleia Legislativa e, no início de 2009, pelo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

Estão em curso os estudos do zoneamento da Zona Leste e da Calha Norte. O término está previsto para 2009. Até 2010, todo o Pará terá o seu ZEE detalhado, trazendo um ciclo de legalidade e desenvolvimento para o estado

Uma vez sancionado por decreto presidencial, a região do Oeste do Pará passará a usufruir dos benefícios de suas diretrizes e dispor das políticas públicas e financeiras correlatas.

Outro aspecto relevante é a valorização ambiental: o projeto de lei do ZEE prevê que as florestas em áreas protegidas, criadas ou reconhecidas, poderão ser consideradas em iniciativas do estado, visando captação de doações ou de créditos, públicos ou privados, destinados à compensação pela redução de emissões de carbono por desmatamento e degradação florestal, e demais serviços ambientais nos termos do regulamento dessa lei.

Já começaram os próximos passos para ampliar esse benefício para todo o estado. Estão em curso os estudos do ZEE da Zona Leste (que abrange o Nordeste, Sul e Sudeste do Pará) e da Zona Calha Norte. Seu término está previsto para o final de 2009. Assim, até 2010, todo o Pará terá o seu ZEE detalhado, trazendo um ciclo de legalidade e desenvolvimento para o estado. ■

Nova lei de estágio

Entre as conquistas geradas pela lei 11.788 estão o recesso remunerado e redução da carga horária no período de provas

A lei 11.788, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 25 de setembro de 2008, amplia as conquistas dos estagiários, mas principalmente serve para proteger essa mão-de-obra em formação. A nova lei de estágio também traz muitos benefícios aos universitários, como a bolsa-auxílio, recesso remunerado, permanência no estágio na mesma empresa no período de até dois anos, auxílio-transporte, seguro de vida, redução da carga horária de trabalho no período de provas, entre outros.

Uma das principais conquistas da nova lei é que, a partir de agora, os profissionais liberais poderão ter estagiários em seus estabelecimentos, desde que esses profissionais sejam registrados nos próprios conselhos representativos de classes, como engenheiro, contabilista, administrador e outros. Com mais esta opção, novas vagas de estágio vão surgir.

“Acho que muitos estagiários vão poder ter acesso ao mercado de trabalho, atuando nas suas áreas e trabalhando com pessoas que exercem a mesma atividade. Isso vai gerar ganhos não só no aumento de novas vagas, mas principalmente na qualificação do próprio estagiário”, diz Rosely Neves, coordenadora de administração e serviços da Seir (Secretaria de Integração Regional do Pará).

Já para os empresários, a lei ainda gera dúvidas e especulações. “É natural que muitos empresários tenham dúvidas, já que a lei é recente, mas acreditamos que todos vão se adequar à nova lei e se preparar para executá-la. A lei vai servir para evitar desvirtuamento da função ou até mesmo acúmulo de atividades por parte do estagiário”, afirma Carlos Auad, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi, instituição do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) que faz a interação empresas-universidades.



FOTOS: MARCELO LEIS

“Antes, eu estagiava 7 horas diárias. Agora, trabalho apenas 6 horas obrigatórias. Creio que não teremos redução na oferta de vagas dentro das empresas.”

Poliana Bentes, estudante de administração e comércio exterior

Na avaliação de Ricardo Romeiro, gerente da área de estágios e novos talentos do IEL Nacional, a criação de uma nova lei para regulamentar o estágio já era necessária. “Já estava mais do que na hora. A lei antiga de estágio já tinha mais de 30 anos, estava totalmente defasada. Muita coisa mudou na relação entre estagiário-empresa, o mercado de trabalho mudou. Então, nada mais justo que as leis que regem esse setor também se renovem”, afirma Romeiro.

Telma Leão, superintendente do núcleo de estágio e emprego da Universidade da Amazônia (Unama), diz que a lei é um avanço. “Ela veio beneficiar os estudantes, pois o estágio estava solto, agora com essas mudanças, tanto o estágio obrigatório quanto o não obrigatório serão mais



“Temos relação de aprendizado, mas também de trabalho. Nada mais justo que esse profissional possua direitos similares a de quem tem carteira de trabalho assinada.”

Cássio Barbosa, estudante do curso de direito

O QUE MUDA NA NOVA LEI DE ESTÁGIO

CARGA HORÁRIA - A lei estabelece jornada de quatro horas para os estudantes de educação especial e ensino fundamental, totalizando 20 horas semanais, e para os de ensino superior, educação profissional e ensino médio, a carga horária será de no máximo seis horas diárias e 30 horas semanais.

O estágio na mesma empresa ou instituição não poderá durar mais de dois anos e o estudante deve ser indicado apenas para atividades compatíveis com sua grade curricular.

Os contratos podem ser superiores há dois anos quando os estagiários forem portadores. Se essa regra for descumprida, os agentes de integração entre empresas e instituições de ensino poderão ser responsabilizados civilmente.

TIPOS DE ESTÁGIO - Nos tipos de estágio não há vínculo empregatício, desde que sejam observadas as regras previstas no termo de compromisso assinado entre o aluno, a empresa (ou entidade que ofereça o estágio) e o estabelecimento de ensino. Caso as regras sejam desobedecidas pela empresa, ficará caracterizado esse vínculo para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

RECESSO REMUNERADO - É de direito do estagiário o recesso remunerado a partir de um ano de estágio em uma empresa. As férias devem ser remuneradas, caso o estagiário receba bolsa-auxílio e deverá ser pago, proporcionalmente, para os contratos de estágio encerrados antes dos 12 meses.

UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO - Poderão oferecer estágios empresas privadas, órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações de todas as esferas e poderes, além de profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

A lei ainda estipula o número máximo de estagiários de nível médio em relação ao quadro de funcionários das empresas ou entidades que oferecem o estágio. Se a empresa tem de um a cinco empregados, o máximo é de um estagiário; de seis a dez funcionários, até dois estagiários; de 11 a 25 empregados, até cinco estagiários; e acima de 25 funcionários, até 20% de estagiários.

fiscalizados pela DRT.” Ela afirma ainda que o Pará já estava bem adiantado em relação aos outros estados. “Aqui, em se tratando de estágio obrigatório, não tivemos muitas mudanças, pois já tínhamos um acordo com a DRT e já cumpríamos todo trâmite que a lei passou a obrigar. Já o Sul e Sudeste do país com certeza sentirão muito a mudança, pois os estagiários cumpriam carga horária de até 8 horas diárias e 40 semanais”, enfatiza.

Para Eliana Brito, psicóloga do grupo Mônaco, o objetivo desta lei é proporcionar melhorias tanto no mercado quanto no processo educacional. “Esta mudança é mais uma valorização do trabalho do estagiário, que muitas vezes é um trabalho de responsabilidade tão grande quanto o de um profissional efetivo. É uma forma de dar mais credibilidade e respeito ao estudante e reconhecer melhor o valor de seu trabalho.”

Na avaliação de Eliana, o recesso remunerado é um dos principais benefícios adquiridos com a nova lei. “O estagiário trabalha tanto quanto um profissional. Também tem desgaste físico e mental, além disso, é cobrado dentro da empresa que trabalha e na universidade que ►



FOTOS: MARCELO LEIS

“É natural que muitos empresários tenham dúvidas. A lei vai evitar desvirtuamento da função ou até mesmo acúmulo de atividades por parte do estagiário.”

Carlos Auad, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi

estuda, ou seja, a cobrança é em dose dupla”, explica.

Os estagiários avaliam com bons olhos as mudanças da nova lei de estágio. Para a estudante de administração e comércio exterior, Poliana Bentes, a nova lei serviu para padronização da carga horária de estágio. “Antes, eu estagiava 7 horas diárias, agora, com a padronização do horário, trabalho apenas 6 horas obrigatórias”, diz a estudante. Ela acredita que mesmo com as mudanças na nova lei, as vagas ofertadas não tendem a sofrer uma queda. “Não acho que as mudanças ocorridas venham a prejudicar nenhuma das partes. Por isso, creio que não teremos redução na oferta de vagas dentro das empresas”, emenda.

Para o estudante Cássio Barbosa, do curso de direito, a nova lei veio justamente assegurar alguns direitos dos estagiários. “No estágio, temos relação de aprendizado, mas também, é uma relação de trabalho, por isso nada mais justo que esse profissional possua direitos similares ao do trabalhador que tem carteira de trabalho assinada, os chamados celetista.”

Para ele, a nova lei é um avanço e não prejudica ninguém. “As empresas buscam a produtividade, o lucro, mas isso só é alcançado quando existe o bem-estar de ambas as partes. E o estagiário adquiriu muito mais, através das vantagens asseguradas a ele”, emenda Cássio.

“Independente da nova lei, os estudantes precisam ter uma visão globalizada, além de possuir uma postura profissional e saber identificar as oportunidades. O mercado de trabalho exige um estagiário criativo, proativo, que tenha facilidade em se relacionar no ambiente de trabalho e que seja responsável. Essas são características que o estagiário terá e que não está escrita na lei, mas precisam ser observadas”, enfatiza Carlos Auad, do IEL/PA. ■

SERVIÇO

O Instituto Euvaldo Lodi, IEL-PA vai contribuir com a divulgação da nova lei de estágio e estará disponibilizando um informativo que contém todas as mudanças ocorridas na lei.

Mais informações na sede do IEL-PA, localizada na sede da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Travessa Quintino Bocaiúva, 1588 1º Andar, bloco – A), pelos telefones (91) 4009-4717 / 4009-4711 / 4009-4726 / 4009-4717 ou ainda pelos e-mails vanessa@iel-pa.org.br e convenio.iel@fiepa.org.br.

“A lei beneficia os estudantes, pois o estágio estava solto. Com as mudanças, tanto o estágio obrigatório quanto o não obrigatório serão mais fiscalizados pela DRT.”

Telma Leão, superintendente do núcleo de estágio e emprego da Unama





Educação é investimento em produtividade,
que leva ao crescimento.

CURSOS DO SESI.

Quando o trabalhador é qualificado, sua empresa sempre cresce.

O trabalhador qualificado é peça fundamental para formar empresas sólidas e competitivas. Em seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico e aumento da qualificação dos funcionários da indústria, o SESI oferece cursos presenciais e a distância que visam elevar a escolaridade do trabalhador, aumentando, assim, a produtividade e a competitividade das empresas paraenses.

Matricule seus funcionários nos cursos do SESI
e veja sua empresa crescer.



Para mais informações sobre os cursos oferecidos,
procure o SESI. Contato pelo telefone: (91) 4009-4921
ou acesse www.fiepa.org.br/sesi

Exemplos de superação

Fé e perseverança. Essas são as palavras que motivaram dois portadores de deficiência física a vencer as barreiras do dia-a-dia e conquistar um lugar no mercado de trabalho

FOTOS: ALESSANDRA BARRETO



Adelite Teixeira de Moura, 43 anos, sofreu um acidente de carro e ficou com uma perna menor do que a outra. Ilton Ribeiro Modesto, de 27, também sofreu um acidente e teve que amputar uma das pernas. Eles passaram a enfrentar desafios no dia-a-dia para realizar algumas tarefas. Mas, mesmo diante das dificuldades impostas pelas novas condições físicas, eles não desistiram. “Quando procurei emprego depois que perdi a perna, recebi ‘não’ de algumas empresas. Cheguei a ouvir que não tinha o perfil para trabalhar. Mas mesmo assim nunca desisti. Faço tudo que uma pessoa com duas pernas faz e acho que até melhor”, explica Ilton, que trabalha na produção de calçados na fábrica Bracol, em Castanhal.

“As pessoas têm que buscar qualificação. Estudei no SENAI e conquistei meu certificado. A deficiência não é um limite. Muito pelo contrário: ela te mostra que com fé em Deus e muita força de vontade, você conquista seu sonho. Hoje, estou muito feliz com meu emprego, de carteira assinada. Consigo sustentar minha família”, ressalta Adelite, colega de Ilton na Bracol.

Os dois são exemplos de tantas outras pessoas que possuem algum tipo de limitação física, mas buscam uma oportunidade no mercado de trabalho. E é justamente para mostrar que existe um caminho para a inclusão deste público que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) mantém, desde 2002, o Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI). “O SENAI já havia identificado a necessidade de qualificar as pessoas portadoras de necessidades especiais para inseri-las no mercado de trabalho. Esta era uma parcela da sociedade que até conseguia emprego, mas que não tinha nenhuma qualificação. Desenvolvemos, há alguns anos, cursos específicos para este público, investindo em tecnologia e aperfeiçoando nosso quadro adminis-



Cheguei a ouvir que não tinha o ‘perfil’ para trabalhar. Mas, mesmo assim, nunca desisti. Você tem que acreditar no seu potencial e ter fé em Deus. Faço tudo que uma pessoa com duas pernas faz e acho que até melhor.”

Ilton Ribeiro Modesto, funcionário da Bracol



A deficiência não é um limite. Muito pelo contrário: ela te mostra que com muita força de vontade, você conquista seu sonho. Estou muito feliz com meu emprego de carteira assinada. Sustento minha família.“

Adelite Teixeira de Moura, funcionária da Bracol

trativo”, explica Lúcia Peres, diretora de educação e tecnologia do SENAI-Pará.

O SENAI ministra vários cursos profissionalizantes para pessoas com deficiência física, em parceria com instituições que trabalham com esse público. Dentre os cursos, destacam-se o de informática, panificação e marcenaria, que estimula a produção de pequenos objetos de madeira. O PSAI trabalha com quatro vertentes essenciais: raça, etnia, gênero e idoso. “Através dos cursos inclusivos o SENAI delineou diretrizes para a inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho. Esta iniciativa reflete positivamente no cenário da responsabilidade social, pois além de incentivar outras ações deste mesmo caráter, dá oportunidade às empresas em contratar esta parcela da sociedade que estava à margem do processo de desenvolvimento”, reforça o diretor regional do SENAI, Gerson Peres.

De acordo com o coordenador do Programa em Belém, Vicente Honorato Penha, o maior desafio da instituição é convencer o empresariado de que essa mão-de-obra pode ser capacitada a desempenhar funções que respeitem suas limitações físicas. “Às vezes, por incrível que possa parecer, os portadores de deficiência física são mais ágeis e envolvidos com o trabalho. Essas pessoas precisam ter uma chance para mostrar seu potencial, sua competência”, ressalta Honorato.

Na avaliação do SENAI, o empresariado brasileiro aumentou sua sensibilidade para a contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais. Desde a assinatura do decreto 3298, em 1999, que obriga as indústrias a colocarem em seu quadro funcional entre 2% e 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais, houve uma maior inserção destes trabalhadores no mercado. “Só com capacitação eles poderão disputar uma colocação no mercado. É exigência de mercado”, destaca Honorato.

CURSOS ESPECÍFICOS PARA MILITARES

Outros cidadãos que buscam a inserção no mercado de trabalho são os militares que deixam “a farda” depois de servir à nação. Eles usam a camisa para conseguir um emprego e o caminho necessariamente é a qualificação. Daí a importância do projeto Soldado-Cidadão, que, através de parceria entre o Ministério da Defesa e entidades do Sistema “S”, já atendeu mais de 100 mil militares das três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) em todo país. No último levantamento realizado pelo Ministério de Defesa, foi constatado um aproveitamento de 65% de militares inseridos no mercado de trabalho.

No Pará, o Programa Soldado-Cidadão funciona em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Para esse ano, somente no estado, o projeto atenderá 650 militares ligados ao Exército nos municípios de Belém, Marabá, Altamira e Itaituba. A parceria vai garantir aos militares cursos de qualificação nas áreas de construção civil e mecânica a diesel. O projeto também oferece a profissionalização nas áreas de telecomunicações, automobilística, alimentícia, artes gráficas, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, conservação e zeladoria, informática e saúde.

Após o período dos cursos, os militares recebem a carteira de trabalho e são cadastrados no Plano Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), do Ministério do Emprego e Renda.



As empresas buscam profissionais qualificados e os portadores de deficiência física, às vezes, são mais ágeis e envolvidos com o trabalho do que as demais pessoas. Os portadores precisam ter oportunidade.“

Vicente Honorato Penha, coordenador do Programa SENAI de Ações Inclusivas

O recruta que virou chefe

O então recruta Mazoel Dias Souza, 29 anos, não precisou esperar pelo cadastro no PNPE (Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego). Assim que concluiu os cursos de profissionalização do SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), ele conseguiu vaga em uma empresa de segurança, alcançado o posto de supervisor de operações. Souza atribuiu aos cursos profissionalizantes o fato de ele ter conseguido o emprego. “Acho que a profissionalização e a minha formação militar contribuíram para que eu pudesse disputar uma vaga no mercado e garantir a perspectiva de uma vida fora das Forças Armadas”, conta.

O ex-recruta, que tem o ensino médio completo, fez o curso do SENAI de mantenedor de áudio e vídeo, em 2005. Na ocasião, Mazoel Souza foi eleito o melhor aluno da turma, recebendo como prêmio a oportunidade de fazer de graça o curso de empilhadeira referente a arrumação de cargas. “Não teria como pagar pelo curso. O meu orçamento era priorizado quase que exclusivamente para pagar as contas de casa.

Essa foi mais uma oportunidade para o meu crescimento profissional e me empenhei mesmo”, avalia. Durante o período em que passava pelo processo de profissionalização, o ex-recruta conta que todos os beneficiados pelo projeto eram liberados para se dedicar exclusivamente aos cursos, o que, segundo ele, sinaliza a preocupação das Forças Armadas em colaborar com os militares que buscam a qualificação.

De acordo com o diretor de gestão do SENAI, Dário Lemos, o que comprova o empenho dos militares são os números. Na última avaliação dos militares inscritos no Projeto “Soldado Cidadão”, 96,87% concluíram os cursos profissionalizantes. “Como todos seguem a disciplina militar, conseguimos formar a maioria sem muitos problemas. A evasão nessas turmas é mínima”, enfatiza. ■

ANTÍDOTO CONTRA O DESEMPREGO

O projeto Soldado-Cidadão vem se consolidando como uma alternativa para a redução nos índices de desemprego de militares que deixam de servir às Forças Armadas. Durante o seu primeiro ano, em 2002, pouco mais de 1.500 soldados do exército carioca haviam sido beneficiados com o projeto. Em 2004, o Soldado-Cidadão foi ampliado e também passou a atender militares da marinha e aeronáutica de todos os estados brasileiros e Distrito Federal, somando 30 mil beneficiados.

Segundo o major Marcos José Nascimento Bispo, coordenador estadual do projeto Soldado-Cidadão pelo Exército, parcerias com o SENAI são fundamentais. “Os cursos do SENAI são os mais procurados, principalmente pela sua qualidade e aceitação no mercado. A credibilidade da instituição nacionalmente é outro ponto forte do programa”, afirma.

No Pará, o curso com alta demanda e fácil inserção no mercado é o de construção civil. “A construção civil está em alta no estado e é grande a exigência de profissionais capacitados. Tem vaga para bombeiro hidráulico, carpinteiro, pedreiro, eletricista predial, pintor de parede, entre outras”, explica Dário Lemos, do SENAI.

O SENAI, que está presente em 12 municípios paraenses, está habilitado para ofertar mais de 200 cursos voltados para a indústria em todo o estado.

**Este é mais um
gesto inovador
criado pelo SENAI.**

**SENAI - 1º lugar no Prêmio FINEP
de Inovação 2008, na categoria Instituição
de Ciência e Tecnologia (Centro-Oeste).**

É o reconhecimento do SENAI como instituição
indutora da inovação tecnológica para a
competitividade das empresas brasileiras.

SENAI, parceiro da indústria na inovação.



José Maria Mendonça é presidente do Centro das Indústrias do Pará



PRODUZIR ENERGIA PARA VERTICALIZAR A PRODUÇÃO

Uma das grandes bandeiras de luta do setor produtivo paraense é a famosa verticalização da produção. Isso significa agregar um valor maior aos produtos regionais. Criar esse clima de verticalização tem sido um dos grandes problemas industriais, principalmente pela carência de fontes alternativas de energia. A hidrelétrica de Tucuruí foi inaugurada há 24 anos e até hoje é a única hidrelétrica do estado.

Para garantir não só a verticalização, mas também a ampliação de grandes projetos no Pará, o setor produtivo precisa de uma oferta generosa de energia. Existe o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, que há mais de 20 anos não consegue sair do papel. Os motivos dessa demora são variados e vão desde as controversas divergências ambientais que envolvem as organizações não-governamentais, Ministério Público, governos, comunidades tradicionais e outros agentes que não vivem na Amazônia. É grande a pressão internacional para a preservação da Amazônia, mais é maior ainda a vontade do empresariado de desenvolver de forma sustentável, e ainda gerando emprego e renda para o caboclo amazônico que aqui nasceu e se criou.

O clima de terrorismo ecológico ainda é forte, mas é hora do empresariado e do próprio governo lutar contra essa neurose de devastação ambiental. A sociedade amazônica, particularmente a paraense, tem de reagir e mostrar, sobretudo, para os agentes internacionais, que é possível desenvolver respeitando a natureza e todo o bioma Amazônico. É hora de mostrar que é possível respeitar os povos indígenas, as florestas, os rios, os lagos e tudo que forma esse ambiente saudável. Existe conhecimento tecnológico para isso.

O desenvolvimento econômico proposto para Amazônia – diga-se de passagem, proposto longe da Amazônia, em gabinetes –, não é o ideal para a região. Agora, com a criação da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Pará, será possível evidenciar que o setor produtivo é capaz de aumentar a produtividade respeitando o meio ambiente e sua diversidade.

A hidrelétrica de Tucuruí foi um marco ao permitir

que a sociedade paraense tivesse acesso a muitas tecnologias que, com certeza, geraram inúmeras melhorias na vida de toda a sociedade. Houve, lógico, algum tipo de agressão ao meio ambiente na época, porém, os ganhos sociais foram superiores às perdas.

Olhando para o passado, é possível mensurar a relação custo/benefício. Agora é hora de olhar pra frente, de ser visionário e incentivar a instalação de Belo Monte, no Xingu, que vai gerar 11.181 MW e com isso vai possibilitar a criação de uma fonte a mais de energia para os projetos que vão gerar novos empregos no Pará.

Também existe o projeto do complexo hidrelétrico do Tapajós e outras hidrelétricas de menor porte no Tocantins e Araguaia. É hora de diversificar a matriz

Com a criação da Comissão de Energia da Federação das Indústrias do Pará, será possível evidenciar que o setor produtivo é capaz de aumentar a produtividade respeitando o meio ambiente e sua diversidade

energética paraense, construindo as termelétricas a carvão mineral – e futuramente as termelétricas a gás – e outras formas de aproveitamento do potencial elétrico através da biomassa.

Essas são algumas das futuras lutas da Comissão de Energia da FIEPA e do Centro das Indústrias do Pará, que, juntos, vão somar esforços para levar à sociedade paraense a verdadeira importância desses investimentos não só para os empresários que produzem neste chão amazônico, mas para os povos que sobrevivem nesta região.

É fato que a hora de criar um ambiente propício para incentivar fontes alternativa de energia é agora. Só assim será possível verticalizar a produção mineral. Vale enfatizar que a necessidade de energia no Brasil cresce em torno dos 5% ao ano e na região Norte a demanda anual é em torno dos 12%. Esse número já diz tudo. A demanda é grande e é uma exigência de mercado atendê-la. ■

LINDÚSTRIA EM FOCO

Homem caminha pela Companhia Docas do Pará, à beira da Baía do Guajará, em Belém, após mais uma jornada de trabalho. O bom funcionamento dos portos, aliada à qualificação da mão-de-obra, são ingredientes fundamentais para sustentar as exportações paraenses. A imagem que ilustra esta página foi capturada pelo fotógrafo Marcelo Lelis.



Uma década acreditando em idéias que transformam

É com muito orgulho que a Temple desenvolve soluções integradas de comunicação na Amazônia.

Em nossos primeiros 10 anos, crescemos em clientes, em número de profissionais e expertises.

Mas, acima de tudo, compreendemos nossa vocação em comunicar para uma região complexa do Brasil, que exige abordagens e linguagens peculiares.

De fato, as necessidades de comunicação dos clientes forjaram nossa identidade, nos levaram a superar distâncias culturais e geográficas, a buscar soluções de comunicação muitas vezes inovadoras, sob medida para os inúmeros matizes da Amazônia.

E assim abrimos nossas asas, alçando vôos cada vez mais altos. Com a certeza de que nossos melhores anos ainda estão por vir.

temple
COMUNICAÇÃO

www.temple.com.br

IDÉIAS QUE TRANSFORMAM

